

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO
MESTRADO PROFISSIONAL EM JORNALISMO

PEDRO HENRIQUE GOMES DA PAZ

“HOJE, SE ESPREMER O ESPELHO, SAI SANGUE”: ETNOGRAFIA
DA PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS DE FEMINICÍDIO PARA O
TELEJORNAL JPB 1º EDIÇÃO (PB)

JOÃO PESSOA

2018

PEDRO HENRIQUE GOMES DA PAZ

“HOJE, SE ESPREMER O ESPELHO, SAI SANGUE”: ETNOGRAFIA
DA PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS DE FEMINICÍDIO PARA O
TELEJORNAL JPB 1º EDIÇÃO (PB)

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Jornalismo, da
Universidade Federal da Paraíba, para a
obtenção do grau de Mestre em
Jornalismo.

Orientação: Prof. Dr. Pedro Benevides

JOÃO PESSOA

2018

Catálogo na publicação
Seção de catalogação e classificação

P348h Paz, Pedro Henrique Gomes da
“Hoje, se espremer o espelho, sai sangue”: etnografia da produção de notícias de feminicídio para o telejornal JPB 1ª Edição (PB) / Pedro Henrique Gomes da Paz. – João Pessoa, 2018.
85 f.: il., fig.

Orientador: Pedro Benevides.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Comunicação, Turismo e Artes. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, 2018.

Inclui referências e apêndice.

1. Jornalismo. 2. Feminicídio. 3. Telejornalismo. 4. Produção de notícias.
5. Etnografia. I. Benevides, Pedro (Orientador). II. Título.

070 CDD (22.ed.)

070 CDU (2.ed.)

UFPB (CCTA 2018)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

ATA DE DEFESA DE MESTRADO

Aos 27 dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, às 14 horas, foi realizado, na sala 103, na Universidade Federal da Paraíba, Banca de Mestrado da (o) discente Pedro Henrique Paz, matrícula 20161003388, para obtenção do Título de Mestre em Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba.

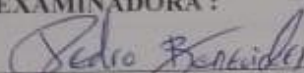
Título : "HOJE, SE ESPREMER O ESPELHO, SAI SANGUE": ETNOGRAFIA DA PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS DE FEMINICÍDIO PARA O TELEJORNAL JPB 1ª EDIÇÃO (PB)

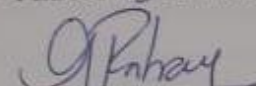
AVALIAÇÃO

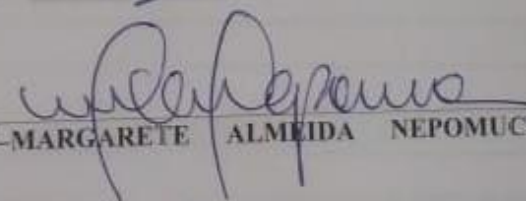
☒ Aprovado () Reprovado () Insuficiente

As observações sobre o referido trabalho acadêmico encontram-se no verso desta Ata.

BANCA EXAMINADORA :


Prof. Dr. – PEDRO BENEVIDES – Orientador (PPJ/UFPB)


Prof.ª Dr.ª – GLÓRIA DE BOURDES FREIRE RABAY - Membro Titular Interno (UFPB)


Prof.Dr.ª – MARGARETE ALMEIDA NEPOMUCENO-Membro Titular Externo (UFPB)

*Dedico este trabalho a todas as vítimas de
misoginia.*

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de apresentar a produção de notícias sobre possíveis crimes de feminicídio para o telejornal local e vespertino JPB 1º Edição (PB), da TV Cabo Branco, afiliada da Rede Globo em João Pessoa. Inspira-se nas teorias do jornalismo, principalmente na de *Newsmaking*, que se articula dentro dos limites da cultura profissional dos jornalistas e da organização do trabalho e dos processos produtivos (Wolf, 2005, p. 188). Com base no Mapa da Violência 2015 – Homicídios de Mulheres no Brasil e no projeto “Monitoramento da cobertura jornalística sobre feminicídio e violência sexual contra mulheres”, do Instituto Patrícia Galvão Mídia e Direitos, iniciado em outubro de 2015 e que analisou um total de 3.440 notícias publicadas em 71 veículos de todas as regiões do país, foram realizados os procedimentos metodológicos de etnografia, do tipo observação participante, do cotidiano dos profissionais, durante dois meses, de 24/04 a 20/06 de 2017, de segunda a sexta-feira, das 8 às 14 horas, e empreendidas entrevistas em profundidade com seis jornalistas. No período examinado, foram identificadas sete notícias de prováveis feminicídios veiculadas pelo telejornal. De modo geral, os jornalistas desconhecem a existência e a distinção do crime de feminicídio, previsto desde 2015, pela legislação brasileira. Essa desinformação norteia todo o processo noticioso.

Palavras-chave: Jornalismo. Feminicídio. Telejornalismo. Produção de notícias. Etnografia.

ABSTRACT

This paper aims to present the production of news about possible crimes of femicide for the local and evening news TV JPB 1st Edition (PB), from TV Cabo Branco, an affiliate of Rede Globo in João Pessoa. It draws inspiration from the theories of journalism, especially Newsmaking, which articulates within the limits of journalists' professional culture and the organization of work and production processes (Wolf, 2005: 188). Based on the Map of Violence 2015 - Homicides of Women in Brazil and the project "Monitoring journalistic coverage on femicide and sexual violence against women", from the Patrícia Galvão Mídia e Direitos Institute, which began in October 2015 and analyzed a total of 3,440 news published in 71 vehicles from all regions of the country, the methodological procedures of ethnography, of the type participant observation, of the daily life of the professionals, were carried out during two months, from 04/04 to 06/06 of 2017, from Monday to Friday, from 8 am to 2 pm and in-depth interviews with six journalists. During the period under review, seven news reports of likely femicides reported on television news items were identified. In general, journalists are unaware of the existence and distinction of the crime of femicide, predicted since 2015, by Brazilian legislation. This misinformation guides the whole news process.

Keywords: Journalism. Femicide. Newscast. Newsmaking. Ethnography.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1-	Organograma da redação do telejornal JPB 1º Edição no período de 24/04 a 20/06 de 2017	40
Figura 1-	Representantes da Segurança Pública são a principal fonte do telejornal	55
Figura 2-	Cenários dos crimes são apresentados sem sensacionalismo	64
Figura 3-	Fonte secundária com imagem borrada e voz distorcida	65
Figura 4-	Identificação de vítima e de suspeito	66
Quadro 2-	Expediente das notícias de crimes de feminicídio produzidas para o telejornal JPB 1º Edição no período de 24/04 a 20/06 de 2017	68
Quadro 3-	Características dos crimes de feminicídio selecionados para o telejornal JPB 1º Edição no período de 24/04 a 20/06 de 2017	69
Quadro 4-	Detalhamento da construção de notícias de feminicídio produzidas para o telejornal JPB 1º Edição no período de 24/04 a 20/06 de 2017	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DEAMs	Delegacias de Apoio às Mulheres
Flacso	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
Gemol	Gerência Executiva de Medicina e Odontologia Legal
OMS	Organização Mundial de Saúde
PB	Paraíba
PCPB	Polícia Civil da Paraíba
PMPB	Polícia Militar da Paraíba
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
Seds	Secretaria de Segurança e da Defesa Social
Sinam	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SUS	Sistema Único de Saúde
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Estatísticas preocupantes.....	16
1.2 Emergência dos estudos de jornalismo e gênero.....	19
1.3 Monitoramento da cobertura jornalística sobre feminicídios.....	20
2 METODOLOGIA.....	23
3 TELEJORNALISMO DRAMÁTICO	26
3.1 Graus de sensacionalismo	28
3.2 Formação débil e desconexão dos movimentos sociais	30
4 CRIME DE FEMINICÍDIO	32
4.1 Exercício material do direito de ter direitos.....	35
4.2 Propostas de enfrentamento.....	36
5 REDAÇÃO DO JPB 1º EDIÇÃO	39
5.1 Ligeira história da TV Cabo Branco e do telejornal JPB 1ª edição.....	42
5.2 Linha editorial	43
5.3 Dia a dia dos jornalistas.....	44
5.4 Mulheres na liderança.....	46
5.5 Treinamentos pontuais.....	47
5.6 Dificuldades para formação continuada.....	48
6 PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS DE FEMINICÍDIO	49
6.1 Seleção.....	50
6.2 Reportagem	53
6.3 Edição de imagens	62
6.4 Produto final.....	67
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	83

1 INTRODUÇÃO

Arlete de Lima Ferreira tinha somente 24 anos quando foi asfixiada através de produtos químicos e, em seguida, esfaqueada até a morte, pelo seu companheiro, conhecido como Douglas, que acabara de chegar do trabalho, no crepúsculo do dia 25 de abril de 2017, uma terça-feira, por volta das 17h30, na cidade de Ouro Velho, localizada na Região Geográfica Imediata de Monteiro, no estado da Paraíba, a 330 km da capital João Pessoa. O casal estava junto há nove meses e mantinha um relacionamento conturbado, segundo pessoas próximas. Após o crime, Douglas fugiu com motocicleta de propriedade da Arlete. No dia subsequente, a polícia do município ainda não tinha informações sobre o paradeiro de Douglas.

No final da manhã desse mesmo dia, a polícia do bairro de Ernani Sátiro, na Zona Sudeste de João Pessoa, deu início às investigações da morte de outra mulher por asfixia. O corpo de Maria do Carmo Guedes da Silva Sena, 46 anos, foi encontrado na residência onde morava. Valdir Pereira de Sena, 41 anos, ex-marido da vítima, havia ligado para o filho, que estava na escola, a fim de informá-lo que a mãe do garoto se encontrava desmaiada. Valdir deixou o local antes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e da polícia chegarem e foi considerado o principal suspeito do crime. De acordo com a polícia, horas antes do assassinato, houve uma discussão entre Maria do Carmo e Valdir. Ao levar em conta suas primeiras impressões sobre o caso, o delegado Sílvio Bardasson não tinha muitas dúvidas de que se tratava, segundo a sua avaliação, de um crime passionai. De acordo com o delegado, o corpo de Maria do Carmo apresentava hematomas nos dois braços, no lado esquerdo do rosto e ferimentos nas mãos. Provavelmente, para o agente da polícia, ela morreu por causa de uma gravata ou mata-leão, golpe de estrangulamento em que o indivíduo, posicionado por detrás da vítima, passa-lhe o braço ao redor do pescoço, imobilizando-a e sufocando-a. Apesar de separados, Maria do Carmo e Valdir ainda dividiam o mesmo teto. Conforme a polícia, o crime pode ter ocorrido por ciúmes, porque Valdir não estaria aceitando que Maria do Carmo se envolvesse, de modo afetivo-sexual, com outro homem. Os vizinhos garantiam que as discussões com agressões começaram no ano anterior. Mas só souberam de suposto relacionamento de Maria do Carmo com outra pessoa após o crime e acreditavam que essa versão não teria fundamento. “Mas nunca é... a gente

poderia imaginar que ia surgir um comentário dessa natureza. Porque era uma pessoa do bem, uma pessoa da igreja e tudo reina em cima de especulações, né? E quando se trata de especulações, tem que existir a prova.”, avaliou um deles. Maria do Carmo deixou dois filhos: uma rapaz de 20 anos e uma adolescente de 16. A polícia divulgou o número do disque denúncia (197) para que a população ajudasse a encontrar o foragido, embora já houvesse diligência nas ruas, para localizá-lo, e tentar descobrir o que realmente havia acontecido, porque, para o delegado, só Valdir poderia fazer esse relato. O corpo de Maria do Carmo foi velado na sede da igreja Assembleia de Deus - Ministério de Madureira, no bairro vizinho Cristo Redentor. O enterro ocorreu no cemitério da localidade.

Cinco dias depois, na madrugada de 01 de maio, feriado referente ao Dia do Trabalhador, no bairro de Tibiri 2, na cidade de Santa Rita, Região Metropolitana de João Pessoa, o corpo da profissional do sexo Tatiane Bento Pereira, de apenas 20 anos de idade, foi encontrado com um fio enrolado no pescoço, em uma casa projetada, perto de onde morava, na localidade. Ela tinha um histórico de uso de drogas e de más companhias, de acordo com seus familiares. Manoel Messias Pereira, pai da vítima, ao reconhecer o corpo da Tatiane, lamentava pelo fato de que não faltaram conselhos para que ela mudasse de vida. Conhecida da Tatiane acompanhou as movimentações horas antes do crime:

Ele procurou ela ontem o dia todinho, quando foi à boca da noite encontrou ela. Quando encontrou, aí saíram os dois. Quando foi de quatro horas da manhã, ela me chamou. A mesma zoada da moto chegou na minha porta, não saí. Aí quando foi pra sair, eu não escutei ligando a moto, com certeza ele ligou a moto, saiu empurrando e ligou em outro canto. Ali tem as marcas das unhas dela, a sandália dela, uma num canto e outra em outro. E aí achei o corpo dela aqui atrás jogado. (informação verbal¹)

Essa mesma mulher também tinha ciência do cotidiano da Tatiane. “Ela passava a noite, a madrugada toda fora, voltava no outro dia, voltava e saía de novo. Fazia programa para se drogar ela.” A perícia do município analisou a cena do assassinato e ficou de repassar o apurado para as investigações, enquanto a polícia fazia buscas para identificar quem cometeu o estrangulamento.

¹ Notícia fornecida pelo JPB 1ª Edição, em João Pessoa, no dia 01 de maio de 2017

No final do mês, mais precisamente no início da manhã do dia 24 de maio, teve início o julgamento, na cidade de Esperança, no Brejo paraibano, a 159 km da capital, de Jerônimo Barros Francelino, 24 anos, acusado de assassinar a adolescente Sandra Maria Ferreira da Silva, 14 anos, com a qual namorava, na madrugada do dia 06 de dezembro de 2015, em uma residência localizada no município de São Sebastião de Lagoa de Roça, na Região Metropolitana de Esperança, a 107 km de João Pessoa. Sandra tinha acabado de voltar de uma festa com a prima, quando Jerônimo chegou e efetuou os disparos, atingindo o braço e a cabeça dela. Jerônimo foi preso nove dias depois do crime e, desde então, aguardava julgamento na cadeia pública de Esperança, acusado de homicídio qualificado por motivo fútil, sem chance de defesa da vítima. Durante o interrogatório, presidido pelo juiz Felipe Guimarães Padilha, no Fórum do município, denominado de Dr. Samuel Duarte, sob acusação do promotor Hamilton de Souza e defesa do defensor público Milton Aurélio, Jerônimo confessou o assassinato. Disse que matou por ciúmes. O promotor defendia a tese de crime premeditado. Os familiares de Sandra acompanharam o julgamento com uma faixa, na qual havia escrito “Sandra Maria F. Da Silva (vítima da violência em 06 de dezembro de 2015): Queremos + Justiça – Violência.” Um ano e cinco meses após o assassinato da filha, dona Sueleide só esperava por uma justiça “cult, verdadeira e justa”.

Em um canavial de usina de açúcar localizada na cidade de Santa Rita, na Região Metropolitana de João Pessoa, na manhã do dia 18 de junho, um domingo, foi encontrado, por pessoas que passavam pela região, o corpo de Djalmira Silva. Ao chegar ao local, a polícia identificou bastantes ferimentos na vítima, sobretudo na cabeça, que estava enrolada com um pano. A polícia também observou que as pernas de Djalmira Silva se encontravam amarradas. Abalados, os familiares dela não quiseram revelar detalhes sobre a sua vida, tampouco contar se Djalmira tinha algum inimigo ou se estava sendo ameaçada. O delegado que, inicialmente, atendeu ao chamado sobre o assassinato afirmou que o crime seria investigado pela delegacia de homicídios da cidade. Ele também pediu que as pessoas do município entrassem em contato com a polícia, se soubessem de informações que pudessem identificar o autor ou os autores do crime. Um dia depois, a polícia prendeu o ex-companheiro dela, Edmilson Carvalho da Silva, principal suspeito de ter cometido o crime. De acordo com os policiais, existiram várias provas que levavam a crer que

ele tinha matado Djalmira. O delegado Carlos Othon contou que recebeu informações de testemunhas que viram um carro com características idênticas ao do Edmilson, na madrugada na qual aconteceu o assassinato, perto da casa da Djalmira. Também foram identificadas ligações no telefone dele, para Djalmira, nesse mesmo horário. O veículo foi apreendido. Peritos da polícia científica identificaram, através de luminol - reagente quimioluminescente que reage com o sangue, emitindo uma luz, sendo muito usado em perícias criminais, possíveis vestígios de sangue humano no porta-malas do automóvel. Edmilson negou a autoria do crime.

Nesse mesmo dia, outra mulher foi encontrada morta na Grande João Pessoa. Inicialmente, a polícia não conseguiu apontar a identidade dela, que fora assassinada na noite anterior, em uma mata próxima de um condomínio no bairro do Muçumagro. Moradores ouviram os tiros e chamaram a polícia. A mulher foi atingida por pelo menos três disparos, dois na cabeça e um no braço. De acordo com o delegado Carlos Othon, o SAMU foi chamado para verificar o óbito. “O serviço de atendimento móvel encontrou o corpo sem vida, em um local extremamente ermo, em uma rua ardeada de mata”, descreveu. Para ele, se tratava de um crime muito complicado de investigar por causa da falta de informações e da inexistência de testemunha ocular.

Um dia depois, uma segunda-feira, em uma audiência, o juiz Fábio William decidiu que Edvaldo Soares da Silva, padrasto de Rebeca Cristina, 15 anos, iria a júri popular, sem data prevista para acontecer, por causa da morte da garota, em algum dia do mês de julho de 2011. O corpo de Rebeca foi encontrado com vários tiros, em um matagal, na Praia do Jacarapé, no Litoral Sul, no período da tarde. Rebeca foi violentada e morta no caminho entre a sua casa e o Colégio da Polícia Militar da Paraíba (PMPB), no bairro de Mangabeira, na Grande João Pessoa. Edvaldo foi preso no mês de julho do ano passado, mais de cinco anos depois do crime. O corpo foi levado para a Gerência Executiva de Medicina e Odontologia Legal (Gemol) do Instituto de Polícia Científica da Polícia Civil da Paraíba, no bairro do Cristo Redentor.

Na terça, dia 20 de junho, o corpo de uma mulher de 55 anos, deficiente física, foi encontrado debaixo de uma cama, no quarto onde dormia, em uma casa no bairro da Mangabeira, em João Pessoa. Os familiares da vítima disseram à

polícia que, no dia anterior, ela consumiu bebidas alcoólicas com outras pessoas, no local. Seu Dedé, ex-companheiro da mulher, foi quem percebeu a situação de anormalidade na residência. Ao procurá-la para dar um recado, deparou-se com a casa toda revirada. Assustado, telefonou para os irmãos da mulher, que encontraram o corpo debaixo da cama. Em seguida, ligaram para a polícia. Até então, a perícia não tinha confirmado se a morte havia sido natural, por violência ou até mesmo suicídio.

Esses oito relatos são reproduções², com virtudes e vícios, de notícias produzidas de 24/04 a 20/06 de 2017, pela redação do telejornal local e vespertino JPB 1º Edição (PB), da TV Cabo Branco, afiliada da Rede Globo em João Pessoa e um dos líderes de audiência no horário do almoço. Se as notícias são como são porque a realidade assim as determina e, conforme a teoria do espelho, apenas refletem o mundo exterior porque os jornalistas são observadores neutros e se limitam a recolher a informação e a relatar os fatos (TRAQUINA, 2016, p. 189), para o cidadão paraibano, sobretudo da capital João Pessoa, que assiste ao telejornal diariamente, enquanto faz a sua principal refeição, por exemplo, no sofá de casa ou em algum restaurante de prato-feito, essa é a realidade exibida acerca do assassinatos de mulheres no Estado: mortes esparsas, geralmente resultado, quando se consegue apurar, de desentendimento amoroso.

No entanto, o crime de feminicídio, entendido, aqui, como “todos os crimes misóginos que vitimam as mulheres, tanto no contexto das relações de gênero de tipo interpessoal como de tipo impessoal” (SEGATO, 2011, p.9) e previsto na legislação brasileira desde março de 2015, não é tão incomum quanto parece, de acordo com a seleção das notícias no campo jornalístico. Além disso, a construção dos relatos noticiosos apresenta diversos problemas que comprometem o conhecimento, principalmente, a respeito do sistema social de dominação dos homens sobre as mulheres não somente na Paraíba, mas em todo o Ocidente.

² Os relatos podem ser conferidos em notícias exibidas na edição do telejornal referente à mesma data ou à subsequente em que ocorreram, disponíveis em <http://g1.globo.com/pb/paraiba/jpb-1edicao/videos/>

1.1 Estatísticas preocupantes

Estatisticamente, o Brasil é, hoje, o quinto país no mundo, em um grupo de 83, no qual são dizimadas mais mulheres, segundo dados apurados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), presentes no Mapa da Violência 2015 – Homicídios de Mulheres no Brasil. Inserido na região da América Latina e Caribe, onde estão 14 dos 25 países com as maiores taxas de assassinatos de mulheres por razões de gênero em todo o planeta, o Brasil fica atrás apenas dos latino-americanos El Salvador, Colômbia e Guatemala e da Federação Russa, que ostentam índices superiores (WAISELFISZ, 2015). Em comparação a países considerados desenvolvidos, possui 48 vezes mais feminicídios que o Reino Unido; 24 vezes mais que Irlanda ou Dinamarca; e 16 vezes mais que Japão ou Escócia. Nesses 83 países analisados, a taxa média foi de 2,0 feminicídios para cada grupo de 100 mil mulheres. A do Brasil é de 4,8 para o mesmo montante, 2,4 vezes maior que a média internacional. Entre 2003 e 2013, conforme o Mapa 2015, o número de mulheres mortas em condições violentas passou de 3.937 para 4.762, o que representou uma média de 13 feminicídios por dia, registrando um aumento de 21% na década.

Nos limites regionais, o Nordeste se destaca pelo elevado crescimento de suas taxas de feminicídios no decênio, um aumento de 79,3%. A Região Norte aparece com um índice um pouco menor, de 53,7%. Sul e Centro-Oeste evidenciam baixo crescimento e na Região Sudeste, significativamente, os números caem pela metade no período, em função da alta retração em São Paulo e no Rio de Janeiro e, em menor escala, em Belo Horizonte. Na Paraíba, acompanhando a alta nordestina, a conta de assassinatos de mulheres cresceu 260%, fazendo com que a quantidade saltasse de 35 feminicídios em 2003 para 126 em 2013. Essa dilatação pôs o Estado no segundo lugar do ranking do crescimento de feminicídios no país, perdendo apenas para Roraima, onde o saldo cresceu 500%. A taxa de incidência do crime, no entanto, apresentou uma pequena queda nos últimos anos do levantamento, entre 2011 e 2013, baixando de 7,2 para 6,4, a cada grupamento de 100 mil mulheres. Ainda assim, continuou superior à média nacional de 4,8 e ao registrado na Colômbia, em 2011, onde o indicador era de 6,3, resultado que colocou o país em segundo lugar no ranking mundial, na época. De janeiro até maio de 2017,

segundo a Secretaria de Segurança do Estado da Paraíba, 32 mulheres foram mortas. Conforme a Secretaria de Saúde, 111 foram assassinadas em 2016. Ainda em conclusão, o levantamento parcial mostra que, em média, uma mulher é morta a cada três dias no Estado. Nos primeiros 50 dias de 2018, 20 mulheres foram assassinadas na Paraíba, de acordo com a Secretaria de Segurança e da Defesa Social (Seds) do Estado. Esse número equivale a um quarto do apurado ao longo de todo o ano de 2017.

Entre 2003 e 2013, se as taxas de feminicídios nos Estados cresceram 8,8%, as das capitais caíram 5,8%, evidenciado um fenômeno já observado em mapas anteriores: a interiorização da violência, em um processo no qual os polos dinâmicos se deslocam dos municípios de grande porte para os de médio porte. No diagnóstico, João Pessoa foi a terceira capital brasileira com maior taxa de feminicídio, com 10,5 para cada 100 mil habitantes. Apenas Vitória, no Espírito Santo, e Maceió, em Alagoas, tiveram rendimentos piores, com 11,8 e 10,7, respectivamente. Ao considerar os índices dos municípios com mais de 100 mil habitantes, a Paraíba também ganhou evidência com a cidade do Conde, no Litoral Sul, ocupando a quarta posição, com 18,5 mortes para cada 100 mil mulheres.

Nos diversos Mapas da Violência em que foi abordada a questão da incidência da raça/cor na violência letal, para o conjunto da população, foi concluído que, com poucas exceções geográficas, a população negra é vítima prioritária da violência homicida no país. As taxas da população branca tendem, historicamente, a cair, enquanto aumentam as de mortalidade entre negros. Segundo o Mapa 2015, o número de feminicídios de brancas caiu de 1.747 vítimas, em 2003, para 1.576, em 2013. Isso representa uma queda de 9,8% no total de feminicídios do período. Já os de negras aumentaram 54,2% no mesmo período, passando de 1.864 para 2.875 vítimas. Conforme o relatório, as mulheres negras, assim como a repercussão no país, foram mais vitimadas pelo crime de feminicídio na Paraíba e foi também entre elas que houve maior crescimento. Enquanto, em 2003, foram assassinadas 25 mulheres negras na Paraíba, em 2013 o montante subiu para 104, um crescimento de 316%. Entre as brancas, foram três feminicídios no início do período, no Estado, contra 12 no final, um aumento de 300%. Essa contagem indica que dois terços das mulheres mortas de forma violenta na Paraíba, em 2013, eram negras.

Em todas as áreas trabalhadas nos estudos do grupo liderado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), consideradas de violência letal, ou seja, homicídios, suicídios e acidentes de transporte, prepondera a mortalidade masculina, atingindo sua máxima expressão nos homicídios, cujo índice de masculinidade, no Brasil, oscila em torno de 92%. Apesar disso, comparado ao cenário de feminicídios, a distribuição é bem semelhante para ambos os sexos: baixa ou nula incidência até os 10 anos de idade, crescimento íngreme até os 18/19 anos, e, a partir dessa idade, tendência de lento declínio até a velhice. Embora semelhantes, foram observadas duas especificidades nos feminicídios: elevada incidência do infanticídio e na faixa de 18 a 30 anos de idade, devido à domesticidade da violência contra a mulher,

Com relação aos instrumentos ou meios utilizados na agressão que culmina na morte da vítima, se nos homicídios prepondera largamente a utilização de arma de fogo (73,2% dos casos), nos feminicídios essa incidência é bem menor: 48,8%, com o concomitante aumento de estrangulamento/sufocação, cortante/penetrante e objeto contundente, indicando maior presença de crimes de ódio ou por motivos fúteis/banais. Outro indicador diferencial dos feminicídios é o local onde ocorre a agressão. Quase a metade dos homicídios acontece na rua, com pouca ocorrência em domicílio. Já nos feminicídios, essa proporção é bem menor. Ainda que 31,2% ocorram na rua, o domicílio da vítima é, também, um local relevante (27,1%), indicando a alta domesticidade dos feminicídios. Por estimativa, por causa da inexistência de dados atualizados na época e considerando os números do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), que registra compulsoriamente casos de agressão contra mulheres de quaisquer idades, atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em 2013, 50,3% do total de feminicídios foram perpetrados por um familiar da vítima, cerca de sete casos por dia, e 33,2% foram mortas pelo parceiro ou ex-parceiro, em uma média de quatro feminicídios a cada 24 horas.

Na tentativa de explicar a violência de gênero e suas consequências, os responsáveis pelo Mapa 2015 destacam a impunidade como fator decisivo para a prevalência do crime de feminicídio. Documento elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público, o Conselho Nacional de Justiça e o Ministério da Justiça do Brasil afirma que 134.944 inquéritos por homicídios dolosos instaurados até 31/12 de 2007 ainda não tinham sido finalizados. Depois de um ano do acionamento, foi

possível oferecer denúncia à justiça de um total de 8.287 inquéritos, o que representa 6,1% do estoque inicial. Relatório concluiu que o índice de elucidação dos crimes de homicídio é baixíssimo no Brasil. Estima-se, em pesquisas realizadas, inclusive pela Associação Brasileira de Criminalística, 2011, que varie entre 5% e 8%. Esse percentual é de 65% nos Estados Unidos, no Reino Unido é de 90% e na França é de 80%.

Para o Mapa 2015, se a impunidade prevalecente nos homicídios dolosos em geral, deve ser norma nos casos de feminicídios porque a normalidade da violência contra a mulher na cultura do patriarcalismo justifica “autoriza” que o homem pratique essa violência, com a finalidade de punir e corrigir comportamentos femininos que transgridem o papel esperado de mãe, de esposa e de dona de casa. Essa mesma “lógica justificadora” também acontece em casos onde a violência é exercida por desconhecidos contra mulheres consideradas “transgressoras” do papel ou comportamento culturalmente esperado e/ou imposto a elas. Em ambos os casos, culpa-se a vítima pela agressão sofrida, seja por não cumprir o papel doméstico que lhe foi atribuído, seja por “provocar” a agressão dos homens nas ruas ou nos meios de transporte, por exibir seu corpo ou “vestir-se como prostituta”.

1.2 Emergência dos estudos de jornalismo e gênero

Da seleção ao produto final, pesquisadores, sobretudo na América Latina, estiveram empenhados em analisar a produção de notícias sobre o crime de feminicídio nos últimos dez anos, de 2007 a 2016, de acordo com levantamento realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação do Brasil (MEC), a exemplo de Ananías e Vergara (2016), nos meios de comunicação digitais chilenos; de Angélico, Dikensein, Fischberg e Maffeo (2014), sobre vozes, relatos e atores na imprensa argentina; Orosa e Santorum (2012), ao fazer análise pragmática do funcionamento de valores-notícia em informações sobre o feminicídio na Ciudad Juarez, no México; e acerca dos juízos e preconceitos de gênero sobre as vítimas de feminicídio na imprensa de Guerrero, também no México; e Vega Montiel (2010), que aborda a responsabilidade da televisão mexicana na erradicação da violência de gênero contra mulheres e meninas.

No Brasil, a interseccionalidade entre os estudos de gênero e a pesquisa em jornalismo ainda está em progresso. Em uma análise centrada nos trabalhos apresentados desde o primeiro encontro anual da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), em 2003, até 2014, que foram rastreados pela palavras-chave “gênero”, Martinez, Lago e Souza Lago (2016) identificaram apenas cinco pesquisas no banco de dados da associação no período de 2010-2014. Notaram, portanto, uma presença emergente de pesquisas que ainda não dialogam com a sólida tradição dos estudos de gênero no país, em outras áreas do conhecimento. Segundo Almeida (2018), em pesquisa sobre estudos que envolvem jornalismo e mulher, dos 135 pesquisadores que recebem bolsa produtividade (níveis 1A, 1B, 1C, 1D e 2) hoje, no Brasil, apenas três se dedicam a temas relacionados a gênero e Jornalismo: Bruno Souza Leal (UFMG), Carlos Alberto de Carvalho (UFMG) e Carlos Magno Camargo Mendonça (UFMG). Todos pesquisam questões da homossexualidade e Carvalho também estuda sobre violência contra mulheres. Na amostragem empreendida, foram identificados uma investigação sobre a abordagem de casos de violência contra a mulher no telejornal “Bom Dia Goiás” da TV Anhanguera, realizado por Ribeiro e Mainieri; e um estudo acerca dos aspectos relacionados à cidadania das mulheres vítimas de violência nos telejornais locais, de Lima (2014).

1.3 Monitoramento da cobertura jornalística sobre feminicídios

Em virtude da emergência da intersecção entre os estudos de gênero e de jornalismo e ao levar em conta que a mudança dos meios dominantes de comunicação, de radiodifusão para digital, tem, na contemporaneidade, reduzido o domínio do controle corporativo sobre muitos tipos de conteúdo, resultando na circulação ativa de maior diversidade de perspectivas, segundo Jenkins, Green e Ford (2014, p. 205), e que o compartilhamento dessas informações, através da exploração de um excedente cognitivo, impulsiona valores públicos ou cívicos e reconfigura a cultura de militância, conforme Shirky (2010, p.160), foram também utilizados, para esta observação participante, dados preliminares do projeto “Monitoramento da cobertura jornalística sobre feminicídio e violência sexual contra mulheres”, presentes no livro “Feminicídio #InvisibilidadeMata”, de Prado e

Sanematsu (2017), publicado com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo, com fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ).

Em resumo, o projeto é uma iniciativa do Instituto Patrícia Galvão Mídia e Direitos, organização feminista de referência nos campos dos direitos das mulheres e da comunicação no Brasil, em atuação há 15 anos, e tem o intuito de avaliar, com base em dados quantitativos e qualitativos, os principais aspectos do tratamento dado pelos veículos jornalísticos online e impressos aos casos de violências extremas motivadas pelas condições de gênero e raça. Iniciado em outubro de 2015, analisou um total de 3.440 notícias publicadas em 71 veículos de todas as regiões do país e deve ser divulgado em breve, no endereço eletrônico da organização e de entidades parceiras, que compartilham os mesmos interesses. Embora notícias produzidas para o meio televisivo não façam parte da amostragem, ainda assim considero o material relevante devido à cultura profissional, que opera e atinge, de modo semelhante, a todos os meios jornalísticos, sobretudo em um contexto de convergência midiática. Assim como o projeto, julgo que o jornalismo é uma forma social de conhecimento, de acordo com Genro Filho (1987). Nesse sentido, é seu papel ampliar, contextualizar e aprofundar questões centrais em uma determinada sociedade, a exemplo do crime de feminicídio, do qual é considerado, inclusive, uma das agências informais do sistema de justiça, pois condena, absolve e até investiga.

Segundo as informações prévias da análise do projeto, as notícias de crimes de feminicídio, previsto pela legislação brasileira desde o início de 2015, têm abordagem policialesca, descontextualizada e destacam casos de extrema violência. O objetivo, geralmente, é capturar e punir o suspeito. Nas matérias, o termo “feminicídio” quase nunca é utilizado e são reproduzidas justificativas com ideia de excepcionalidade, atribuídas pelo suspeito ou pela autoridade policial como ‘ataque de ciúmes’, ‘perdeu a cabeça’, ‘estava fora de si’, ‘ficou transtornado’, ‘teve um surto’, ‘ataque de loucura’, causadas, comumente, por excesso de bebidas ou drogas ilícitas. Na direção dessa interpretação equivocada dos fatos, o histórico de violências dificilmente é informado. Nos casos em que houve procura por proteção do Estado, não é explorado onde e como ocorreram as falhas das instâncias públicas. Os relatos noticiosos também reforçam estereótipos de papéis de gênero,

na tentativa de culpabilizar a mulher pelo seu próprio assassinato, através de julgamento moral.

Os casos de feminicídio consumados são noticiados, na maioria das vezes, preservando-se o nome do principal suspeito, embora as matérias relatem que o parceiro íntimo da vítima é autor confesso. Observa-se que é mais comum a divulgação dos nomes e fotos dos autores nos casos de violência sexual, mesmo quando é noticiado como em fase de suspeição. As imagens expõem desnecessariamente o corpo e a cena do crime, desrespeitando o direito à privacidade., enquanto o direito à reparação é negligenciado no processo noticioso. Pequena quantidade de matérias mencionam as políticas públicas e as leis que tratam dos crimes violentos contra mulheres. Raramente são difundidas informações sobre a rede de apoio e instituições do sistema de justiça que podem ser acessadas pelas mulheres vítimas de violência. As fontes de informação mais ouvidas pelos jornalistas são os representantes não especializados da segurança pública.

2 METODOLOGIA

A fim de avaliar, de um modo geral, a atual situação da pesquisa científica acerca da violência contra a mulher, já que o feminicídio é um termo bastante específico e institucionalizado recentemente, na legislação brasileira, foi necessário se debruçar sobre alguns trabalhos anteriores. Para o meu levantamento no Banco de Teses e Dissertações da Capes, utilizei as palavras-chave “feminicídio”, “violência”, “mulher”, “gênero” e “telejornalismo”. Nos últimos dez anos, de 2007 a 2016, identifiquei 221 trabalhos relacionados à palavra-chave “violência”, 228 à “mulher”, 568 a “gênero” e 211 a “telejornalismo”. Devido à escassez de estudos sobre o crime de feminicídio na área de comunicação, não restringimos a pesquisa desta palavra-chave a esse campo de pesquisa. Assim, obtivemos 17 resultados, cujo primeiro registro é de 2009.

Depois desse levantamento, selecionei cerca de 40 pesquisas que se relacionavam, simultaneamente, às cinco palavras-chave escolhidas. Percebi algumas recorrências. A partir delas, fiz algumas opções políticas e metodológicas que serão apresentadas a seguir. Em primeiro lugar, resolvi tratar de feminicídio porque, até então, nenhuma dissertação ou tese brasileira dedicou-se, especificamente, em um meio de comunicação de massa, às peculiaridades desse tipo de crime que passou a ser previsto, pela legislação brasileira, em março de 2015, como circunstância qualificadora do crime de homicídio e o incluiu no rol dos crimes hediondos, por razões da condição de sexo feminino apenas ou quando envolve violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Outra mudança na legislação foi o aumento de um terço até a metade da pena, se o crime for praticado durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto; contra pessoa menor de 14 anos, maior de 60 anos ou com deficiência; ou na presença de descendente ou de ascendente da vítima.

Para eleger o objeto, levei em consideração os dados da “Pesquisa Brasileira de Mídia 2016 – Hábitos de Consumo de Mídia pela População Brasileira”, divulgada no início do ano passado, pela Secretaria de Comunicação Social do Governo Federal. Segundo essa pesquisa, quase 90% dos brasileiros se informam pela televisão, sobre o que acontece no país, sendo que 63% têm na TV o principal meio de informação (BRASIL, 2016). A internet está em segundo lugar, como meio preferido de 26% dos entrevistados e citada como uma das duas principais fontes de

informação por 49%. O levantamento foi realizado entre 23 de março e 11 de abril de 2016 e ouviu 15.050 pessoas com mais de 16 anos, em todo o país. Dos entrevistados que assistem TV, 77% afirmaram que fazem isso todos os dias. O número é maior do que os obtidos em pesquisas anteriores. Em 2014, 73% disseram ter o hábito de assistir televisão diariamente. Em 2013, 65% afirmaram o mesmo. Segundo o relatório, tanto durante a semana quanto nos finais de semana, os entrevistados veem, em média, de 3 a 4 horas de televisão por dia. Mais da metade dos entrevistados que assistem TV disseram que confiam sempre ou muitas vezes nas notícias veiculadas por esse meio. A emissora mais vista pelos que responderam à pesquisa é a TV Globo, mencionada por 73% dos entrevistados. Em seguida, estão o SBT (36%) e a Record (32%).

Desse modo, optei, como objeto de pesquisa, pelo telejornal local e vespertino JPB 1º Edição (PB), da TV Cabo Branco, afiliada da Rede Globo em João Pessoa e um dos líderes de audiência no horário do almoço. Afinal, um dos objetivos do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da UFPB é o de estimular redes de cooperação entre a universidade e organizações públicas e privadas, visando a geração de conhecimento necessário ao mundo profissional que se vale do jornalismo, como elemento para suas práticas institucionais. É também minha preocupação perceber como as notícias são selecionadas e de que forma o conteúdo dos relatos é construído, considerando o elevado alcance dessas informações. O telejornal JPB 1º Edição (PB) atinge 43 municípios paraibanos. Segundo pesquisa da Kantar Ibope Media, encomendada pela TV Cabo Branco, de 31 de março a 6 de abril de 2017, em João Pessoa, o telejornal teve audiência domiciliar de 14,17 pontos, na qual cada ponto equivale a 245.702 domicílios. Já o share de audiência foi de 30,82%, que é a percentagem de tempo despendido, por um conjunto de indivíduos, ao assistirem a um programa de TV, com relação ao tempo total de audiência da TV aberta, em um dado período. Nessa mesma pesquisa, foi identificada a audiência individual de 6,55 pontos, na qual cada ponto equivale a 688.211 espectadores, enquanto a quota individual foi de 28,21%, que é a percentagem do tempo dedicado por indivíduo, multiplicado pelo número de telespectadores, resultando no tempo total dedicado a um programa de TV específico. Ou seja: apesar de todos os problemas que envolvem esse tipo de

medição, o telejornal é muito assistido e isso nos preocupa, considerando a problemática abordagem que vem sendo dada às notícias de crimes de feminicídio.

Com relação à metodologia propriamente dita, constatei que há uma predileção pelas análises de conteúdo e do discurso nos trabalhos identificados no Banco de Dissertações e Teses da Capes. Então assumi preencher, de certo modo, uma lacuna metodológica, ao me amparar com a etnografia, um tipo de esforço intelectual que visa elaborar uma descrição densa, em um processo de interpretação que pretende dar conta das estruturas significantes que estão por trás e dentro do menor gesto humano (DUARTE E BARROS, 2012). Apesar de privilegiar esse método, realizei, também, o procedimento de análise de conteúdo de sete notícias de feminicídio, identificadas durante dois meses, de 24/04 a 20/06 de 2017. A observação participante se deu nas duas últimas semanas desse período, empreendida por meio da observação participante do cotidiano dos profissionais, de segunda a sexta-feira, das 8 às 14 horas. Em seguida, efetuei entrevistas em profundidade, com seis jornalistas, escolhidos a partir da hierarquia dos cargos, que dão a eles maior poder de decisão na redação. Essa observação teve preparação prévia, através da análise de produtos noticiosos relacionados ao feminicídio e de dissertações e teses com proposta semelhante, sobretudo a respeito de notícias de crime e de violência contra a mulher no telejornalismo brasileiro. Tratarei de algumas delas a seguir.

Esta pesquisa inspira-se, principalmente, na teoria do jornalismo denominada de *Newsmaking*, que se articula dentro dos limites da cultura profissional dos jornalistas e da organização do trabalho e dos processos produtivos (Wolf, 2005, p. 188). Na abordagem do *newsmaking*, a preocupação central é as articulações, conexões e relações existentes entre a cultura profissional dos jornalistas, a organização do trabalho e dos processos produtivos. (VIZEU, 2007, p. 223). Assim como esse autor, entendo a notícia como uma representação social da realidade cotidiana que, submetida às práticas jornalísticas, possibilita o acesso das pessoas ao mundo dos fatos. Esse mundo, na minha visão, é, em elevado grau, construído a partir das percepções e das representações sociais dos jornalistas.

3 TELEJORNALISMO DRAMÁTICO

Desde a segunda metade da década de 1990, a programação popular trouxe para a televisão brasileira personagens e temas antes restritos a algumas raras emissões. Pessoas comuns começaram a ganhar mais espaço em programas televisivos, que passaram a apresentar em seus quadros histórias íntimas, dramáticas e reais. Os desastres e acidentes, as emoções e intimidades espalharam-se por diferentes programas da TV, definindo uma mudança nos padrões da programação. Com suas próprias histórias, anônimos e desconhecidos tornaram-se personagens em programas de auditório dominicais, telejornais “policiais”, *reality shows* e programas de aconselhamento psicológico. Ainda que acusados de sensacionalismo, os programas populares alcançaram sucesso e altos índices de audiência desde seu surgimento. Ao mesmo tempo, sofreram muitas críticas de diferentes setores da sociedade, principalmente do meio acadêmico, que, em defesa de uma TV de qualidade, pressionaram as emissoras. O debate em torno da questão e os próprios programas ainda permanecem em pauta. Tanto os programas que trazem imagens de um Brasil carente e desigual quanto a mobilização da sociedade mostram que o fenômeno midiático “programas populares” representa um marco para a televisão brasileira, segundo Lana (2007).

Ao historicizar o telejornalismo dramático, Lana (2007) conta que, desde o surgimento da TV no Brasil, nos anos 1950, a programação era constituída, fundamentalmente, de telenovelas, filmes, programas jornalísticos e de auditório. Os dramas íntimos de pessoas comuns e o exagero de realidade estavam circunscritos a poucas exceções. *O Homem do Sapato Branco*, exibido a partir de 1966, pela TV Paulista/TV Globo e apresentado por Jacintho Figueira Júnior, trazia cidadãos anônimos que relatavam dramas pessoais, fatos de seu dia-a-dia, histórias escabrosas e histórias de amor. A fórmula do programa: pessoas comuns, encenações dramáticas, exposição da intimidade, fatos do dia-a-dia e histórias curiosas. O programa passou pela TV Cultura, Band, Rede Globo e SBT e teve seu fim nos anos 1980. *O Homem do Sapato Branco* pode ser considerado o precursor da presença dessas histórias reais, de pessoas anônimas, enfim, do povo na TV. Em 1968, o programa *Domingo de Verdade*, exibido pela TV Tupi e apresentado por J. Silvestre, trazia também características semelhantes. Histórias dramáticas e íntimas

eram contadas ao longo dos quadros. No final do programa, um júri decidia qual era a pior história e um prêmio era concedido ao participante vencedor. Já em 1982, *O Povo na TV*, apresentado por Wilton Franco, representava a intenção do SBT em incrementar seu estilo popular. Os temas centrais do programa eram também dramas de pessoas comuns.

O *Aqui Agora*, exibido pelo SBT durante a década de 1990, é o precursor mais próximo de programas como o *Cidade Alerta* ou *Brasil Urgente*, conforme a pesquisadora. Geralmente denominados “telejornais policiais” pela crítica de mídia e por pesquisas acadêmicas, eles são amostras da programação popular. Ao realizar um estudo de caso sobre o programa policialesco *Brasil Urgente*, Lana (2007) propõe a adoção do termo “telejornalismo dramático” em substituição ao “telejornalismo policial”, devido a insuficiência da qualificação “policial” para a compreensão desse tipo de programa. Ao substituir a classificação “telejornalismo policial” por “telejornalismo dramático”, a autora considera que isso evidencia aspectos muitas vezes encobertos pela perspectiva do sensacionalismo, porque os dramas televisionados acompanham silenciosamente o dia-a-dia brasileiro, eventos esses, muitas vezes, ignorados pelos telejornais tradicionais: jovens assassinados nas periferias, operações de rotina da polícia, crimes e acidentes que envolvem pessoas comuns, mãe que denuncia o descaso da polícia diante do filho morto, suspeito que confessa friamente um assassinato. Esses personagens atestam que a rua é o terreno da igualdade, local em que todas as pessoas compartilham os riscos da vivência cotidiana. Ao se aproximar das histórias diárias de pessoas comuns, o dramático resulta na comoção. Separadamente, conteúdo e estratégia discursiva não resultariam no dramático; para a pesquisadora, o dramático se faz pela associação desses dois aspectos. E são exatamente esses dois aspectos que unem os famigerados telejornais policiais, caracterizados pelo exagero e descompromisso com os direitos humanos, e os de referência, como o JPB 1º Edição, que têm suas funções editoriais e notícias consideradas profissionais.

3.1 Graus de sensacionalismo

Pensar os gêneros como uma estratégia de leitura, ou melhor, de comunicabilidade e interação, para Oliveira (2007), é o ponto de partida para entender os textos televisivos e a maneira como estes são endereçados para a audiência. Os programas televisivos, especialmente os jornalísticos, são socialmente e historicamente construídos, e estão sempre se reconfigurando, pois, o gênero não é algo dado, pronto, mas em construção. Dessa forma, para o autor, o gênero é uma estratégia de comunicabilidade e interação, porque, ao mesmo tempo em que apresenta os textos, traz consigo marcas que fazem parte de todo o processo de desenvolvimento dos gêneros televisivos. Bourdieu (1977) diz que a televisão, em busca de audiência, expõe a um grande perigo não só as diferentes esferas de produção cultural como também a política e a democracia, e espera que aquilo “que poderia ter se tornado um extraordinário instrumento de democracia direta não se converta em instrumento de opressão simbólica”. Para ele, influenciada pela política e pressionada economicamente, a televisão exerce uma violência simbólica, com cumplicidade tácita de quem sofre e muitas vezes de quem exerce inconscientemente também.

Para Marcondes Filho (1985), o que vai diferenciar um jornal dito ‘sensacionalista’ de outro dito ‘sério’ é somente o grau: “Sensacionalismo é apenas o grau mais radical de mercantilização da informação: tudo o que se vende é aparência e, na verdade vende-se aquilo que a informação interna não irá desenvolver melhor do que a manchete.” Campello (2008) avalia que, diferente do jornalismo de referência, os sensacionalistas representam o espaço do profano, onde não existem limites para as transgressões ao modelo tradicional de se produzir notícia na televisão. Ele cita o plano-sequência, a abertura do repórter, a serialização das reportagens, o uso de trilha sonora e as vinhetas curtas que marcam o encerramento de cada reportagem (VT) como algumas das mais reconhecidas experiências profanas desses telejornais. Transgressões que conformam uma modalidade de telejornalismo que não está preocupada apenas em informar, mas também em entreter, conquistar o telespectador. Da tensão entre informação e entretenimento, surge a estratégia de tratar dos casos de polícia e de

violência não sob a ótica da racionalidade, mas buscando dramatizar os fatos, de modo a oferecer ao telespectador mais do que informação: emoção.

Cama (2009), ao refletir de forma crítica sobre os modos de representação da criminalidade nas mídias audiovisuais, em especial na mídia televisiva, destaca o modo como o crime é transformado em espetáculo, reconfigurando os formatos narrativos de dramas policiais e do telejornalismo vigentes. A cultura das mídias audiovisuais, no que diz respeito à representação das imagens de violência e criminalidade, vem demonstrando duas vertentes predominantes, segundo ela: o telejornalismo que incorpora elementos de construção típicos das telenovelas e a programação ficcional que se pretende realista, retratando o cotidiano da polícia em ação nos grandes centros urbanos. Nesse sentido, insistentes imagens de choque e violência que assolam os mais diversos meios informacionais de comunicação operam por sistemas de contágio, que levam elementos da dramatização do real do telejornalismo para o universo ficcional e de espetacularização do crime para o universo do telejornal, na televisão e internet. Especificamente sobre a violência simbólica contra as mulheres, Vega Montiel (2010) examina que, quando tratados como um problema isolados, triviais e domésticos, o discurso da televisão privilegia a representação de mulheres e meninas como vítimas de violência. Já em gêneros como telenovelas, programas de publicidade ou revista, elas são responsáveis pela violência da qual são objeto.

Para Martín-Barbero e Rey (2001), é necessária uma crítica capaz de distinguir entre a indispensável denúncia de cumplicidade da televisão com as manipulações do poder e dos mais sórdidos interesses mercantis que sequestram as possibilidades democratizadoras da informação e as possibilidades de criatividade e de enriquecimento cultural, reforçando preconceitos racistas e machistas e nos contagiando com a banalidade e a mediocridade apresentada pela imensa maioria da programação. Além disso, evidencia o lugar estratégico que a televisão ocupa nas dinâmicas da cultura cotidiana das majorias, na transformação das sensibilidades, nos modos de construir imaginários e identidades. Pois a televisão constitui hoje, simultaneamente, o mais sofisticado dispositivo de moldagem e deformação do cotidiano e dos gostos populares e uma das mediações históricas mais expressivas de matrizes narrativas, gestuais e cenográficas do mundo cultural popular, entendido não como as tradições específicas de um povo, mas a hibridação

de certas formas de enunciação, de certos saberes narrativos, de certos gêneros novelescos e dramáticos do Ocidente com as matrizes culturais de nossos países, independentemente de ser de referência ou não.

Parece-me que o grau de sensacionalismo ou de drama aplicado nos produtos desses telejornais têm relação direta com os marcadores sociais de classe, de raça e de gênero, porque são essas questões que estão implícitas nas nomenclaturas atribuídas ao gênero jornalístico caracterizado pela cobertura de fatos relacionados à violência. A depender da classe, da raça e do gênero dos sujeitos retratados, o telejornalismo dosa o conteúdo exibido e as estratégias discursivas, considerando a reputação que almeja. Em um telejornal de referência como o JPB 1º Edição, que não foca em notícias de cunho policial, esses pormenores que influenciam a produção das notícias são mais sofisticados e exigem análise mais minuciosa, porque não são óbvios e, talvez por isso, mais perigosos, considerando o elevado alcance que tem. Sendo assim, exigem mais atenção de quem se propõem a estudá-los, a fim de propor soluções práticas e possíveis de melhor tratamento dado a esses tipos de acontecimentos, a exemplo dos crimes de feminicídio, objeto desta pesquisa.

3.2 Formação débil e desconexão dos movimentos sociais

Leal (2016) avalia que a formação dos profissionais que atuam na produção/edição de fatos do cotidiano influi diretamente na qualidade do que é exibido para a sociedade em geral, onde o foco maior é atrair a audiência e não fazer cumprir a essência do jornalismo, que é informar com qualidade, isenção e que leve o espectador a refletir sobre os temas e os acontecimentos. Para ele, o grande implicador em ter nas redações um corpo técnico formado em sua maioria por pessoas sem diploma de formação superior e ou graduado em outras áreas é a não exigência do diploma, que implicaria erros e ainda em repercussão de notícias não tão bem apuradas e informações tendenciosas. Segundo o autor, a formação do profissional não vai impedir que erros aconteçam ou a parcialidade seja posta de lado, mas vai possibilitar que o profissional, por meio de técnicas e do aprendizado em sala de aula tenha a noção de como a notícia deve ser divulgada e todos os pontos éticos que precisam ser levados em conta.

Acerca da construção de notícias de feminicídio na televisão, Fernández, Bedía e Cerdá (2016) julgam que a maior dificuldade em alcançar a máxima eficácia na exigência da mídia pelo uso das diferentes ferramentas existentes reside na desconexão entre as reivindicações de igualdade de gênero por parte de uma cidadania formada em gênero e o pouco conhecimento relacionado ao setor audiovisual. Além disso, outra estratégia seria preparar ações específicas de treinamento para a sociedade civil organizada, através de associações feministas e de mulheres, para que elas tenham a capacidade de sensibilizar os cidadãos para a responsabilidade que a mídia possui, por meio de ações do Estado. Nesse sentido, a colaboração entre todas as instituições públicas é crucial para otimizar recursos e promover a alfabetização midiática com uma abordagem de gênero, proporcionando aos cidadãos os conhecimentos básicos para manter uma atitude crítica e análise em relação às mensagens que emitem.

Ao longo deste trabalho, veremos que as questões discutidas nesta dissertação não se esgotam quando os profissionais têm formação de nível superior. A violência contra a mulher tem sido discutida nas instituições, são temas de disciplinas, de palestras, de seminários. Tenho a impressão de que a desinformação é o principal problema e as causas para esse cenário extrapolam essas vivências, porque o conhecimento não é transmitido como uma agulha hipodérmica; a recepção de qualquer conteúdo tem influência de muitos fatores que não cabem ser esmiunçados neste momento. Não defendo que jornalistas sejam militantes de causas sociais. Somente considero que precisam estar informados sobre os principais assuntos discutidos na esfera pública. Adiante, apresentarei algumas nuances, principalmente, na dinâmica capitalista de trabalho, qdeterminante para uma espécie de alienação rotineira.

4 CRIME DE FEMINICÍDIO

A dominação masculina foi definida por Bourdieu (2002) como uma violência simbólica, invisível a suas próprias vítimas e essencialmente exercida pelas vias simbólicas da comunicação e do conhecimento. De acordo com o autor, a questão principal seria a de revelar os processos responsáveis pela transformação da história em natureza, do arbitrário cultural em natural, devolvendo, assim, à diferença entre o masculino e feminino seu caráter puramente arbitrário e contingente. As aparências biológicas, conjugadas aos efeitos reais nos corpos e mentes, do longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social, seriam capazes de inverter efeitos e causas, naturalizando, assim, essa construção social. Dessa forma, segundo o autor, durante a socialização, homens e mulheres incorporam - como esquemas inconscientes de percepção e apreciação - as estruturas históricas da ordem masculina; arriscando-se, portanto, ao procurar compreender o fenômeno e a utilizar modos de pensamento que também são produtos dessa mesma dominação. Naturalmente, essa dominação não se restringe ao campo do simbólico. Desses tensionamentos, um dos resultados materiais e irrevogáveis é o assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres, denominado de feminicídio.

De acordo com Segato (2006), as discussões sobre o crime de feminicídio tiveram início em *Ciudad Juárez*, fronteira norte do México, de frente à cidade texana de *El Paso*, estendendo-se a outros locais no *Chihuahua* e, de forma acelerada, à fronteira do sul do México com Guatemala, no começo dos anos 1990. Esses crimes eram chamados de "femicídios", adaptação da expressão inglesa *femicide*, embora tenha dominado, com o tempo, o termo "feminicídio". As referências para a formulação da categoria feminicídio são Jane Caputi e Diana Russell, no clássico "*Femicide*", publicado em 1990 e republicado em uma versão mais extensa em 1992. No texto, as autoras afirmam que o feminicídio representa o fim de um contínuo terror anti-feminino e inclui uma ampla variedade de abusos verbais e físicos, como estupro, tortura, escravidão sexual (particularmente para prostituição), abuso sexual infantil, espancamentos físicos e emocionais incestuosos ou extra-familiares, assédio sexual (por telefone, nas ruas, no escritório e na sala de aula), mutilação genital (clitoridectomia, excisão, infibulações), operações ginecológicas desnecessárias (histerectomia livre), heterossexualidade forçada, esterilização

forçada, maternidade forçada (por criminalização da contracepção e do aborto), psicocirurgia, negação de alimentos para mulheres em algumas culturas, cirurgia plástica, e outras mutilações em nome do embelezamento. Sempre que essas formas de terrorismo resultam em morte, elas se tornariam feminicídios, segundo Caputi e Russell (1992).

Posteriormente, depois de inúmeros debates e reflexões acerca do tema, Segato (2011) propôs o uso da categoria feminicídio - femicídio, desde que devidamente definidos e formulados os subtipos de que é composto, para abranger todos os crimes cometidos na fronteira de gênero, aqueles que ocorrem em contextos interpessoais e perpetrados por agentes cujos motivos são pessoais. Por outro lado, segundo a autora, é necessário trazer a categoria de feminicídio para o posto de femi-genocídio, a fim de incluí-lo nos fóruns internacionais que lidam com crimes contra a humanidade e genocídio. Para isso, de acordo com Segato (2011), é necessário considerar esses crimes de natureza impessoal, que não podem ser personalizados e em que um grupo restrito de perpetradores vitimizam numerosas mulheres ou homens feminizados. Portanto, uma segunda precisão indispensável seria reservar o termo femigenocida, que introduziu, pela primeira vez, por crimes que, pela sua qualidade de sistemática e impessoal, tem como objetivo específico a destruição de mulheres (e homens feminizados), só porque são mulheres e sem possibilidade para personalizar ou individualizar nem o autor nem a relação entre perpetrador e vítima. Dessa forma, atribui a categoria de feminicídio a todos os crimes misóginos que vitimam as mulheres, tanto no contexto das relações de gênero de tipo interpessoal como um tipo impessoal, e introduziu a partícula "geno" para denominar os feminicídios que são dirigidos, com letalidade em condições de impessoalidade.

Conforme Pasinato (2011), a categoria analítica "feminicídio" foi empregada pela primeira vez no Brasil por Saffioti e Almeida (1995), numa análise sobre homicídios de mulheres nas relações conjugais. Em 1998, a categoria voltou a aparecer num trabalho de Almeida também numa reflexão sobre mortes de mulheres decorrentes de conflitos conjugais. Ambos os trabalhos somam importantes resultados a outros estudos sobre o mesmo tema, de acordo com a pesquisadora. No entanto, para ela, pouco se conhece sobre as mortes de mulheres praticadas em outros contextos, por outros agentes e por motivos que permanecem igualmente

desconhecidos. Assim, apesar do acúmulo de pesquisas já realizadas no Brasil sobre violência contra as mulheres, há pouco conhecimento sobre a interface entre violência urbana/criminalidade urbana e gênero, por exemplo, inclusive sobre o impacto que essa criminalidade produz na vida das mulheres.

De acordo com Mota (2006), no Brasil, quando os movimentos feministas iniciaram as denúncias, mobilização e reivindicações contra a violência de gênero, esta se materializava nos crimes cometidos por parceiros contra as mulheres. Naquele período ainda estava em vigor o instituto da defesa da honra, meados dos anos de 1970, tendo-se desenvolvido uma ação de movimentos feministas e democráticos pela punição aos assassinos de mulheres. A alegação da defesa da honra era então justificativa para muitos crimes contra a vida de mulheres, mas no contexto de reorganização social para a conquista da democracia no país e do surgimento de movimentos feministas, este tema foi emergindo como questão pública a ser enfrentada pela sociedade por ferir a cidadania e os direitos humanos das mulheres. O assassinato de Ângela Diniz em dezembro de 1976, por seu namorado conhecido como Doca Street, foi o acontecimento desencadeador de uma reação generalizada contra a absolvição do criminoso em primeira instância, sob alegação de que foi uma reação pela defesa da “honra”, quando as circunstâncias mostravam um crime bárbaro motivado pela determinação da vítima em acabar com o relacionamento amoroso. Esse fato revoltou parcelas significativas da sociedade cuja pressão social levou a um novo julgamento em 1979, que condenou o assassino.

Desde esse período, segundo Mota (2006), abriu-se um espaço em diversas dimensões da sociedade brasileira, como partidos políticos, movimentos sindicais, movimentos de bairros, imprensa, igreja, movimentos sociais, para a explicitação e denúncia de práticas violentas contra mulheres, que até então não tinham sido alvo de ações coletivas de resistência e oposição. Nos últimos quarenta anos, muitas transformações positivas ocorreram no Brasil, e no mundo, relacionadas à condição social das mulheres e em particular no enfrentamento à violência de gênero, como a criação das Delegacias de Apoio às Mulheres (DEAMs), que, em 2009, somavam 410 no país, bem como o surgimento de casas abrigo, centros de referência da mulher além de inúmeros núcleos e centros de apoio governamentais e não governamentais que prestam atendimento e orientação às mulheres vítimas de

violência, muitos também realizando trabalho de denúncia e conscientização social para o combate e prevenção dessa violência. Também ocorreram mudanças no Código Penal como a retirada do termo “mulher honesta” e a adoção da pena de prisão para agressores de mulheres, em substituição às cestas básicas.

4.1 Exercício material do direito de ter direitos

Munévar M. (2012) defende que a conceituação do feminicídio e a punição da violência de gênero tornaram visíveis os antecedentes ideológicos desses atos, porque têm nomeado diretamente uma realidade vivida historicamente pelas mulheres e encorajaram as alegações; portanto, os Estados tiveram que reconhecer que não são eventos isolados ou íntimos na família ou em relacionamentos de casal.

As ações de nomeação, tornando visível e conceituando a violência de gênero e mortes violentas de mulheres, de acordo com os debates movimentos feministas e movimentos de mulheres constituem, para a autora, o exercício material de direito de ter direitos; eles também expressam a necessidade de definir elementos objetivos e subjetivos do tipo penal que os sancionam, considerando as contribuições da pesquisa sócio-legal. Além disso, essas ações desencadearam reações doutrinárias e interpretativa para preservar a unidade do estabelecido e, ao mesmo tempo, colocar no cenário social e legal vários processos de desnaturação de suas fundações e a revelação de suas âncoras estruturais, acordo com a defesa dos direitos da mulher prevista na Convenção de Belém do Pará.

Nesse sentido, para Munévar M. (2012), eles serviram para documentar as mortes violentas de mulheres e espera-se que contribuam para a transformação do caráter institucional com outra base constitucional, legal, jurisprudencial e judicial, cujas decisões são também políticas e influenciam a tendência política do sistema jurídico), sem esquecer que, indubitavelmente, ao transgredir parâmetros normativos sobre a condição e os direitos de mulheres, as mulheres latino-americanas têm tido sucesso em sua luta para exigir governos, instituições e opinião pública que consideram a violência contra a mulher uma violação dos direitos humanos e um fenômeno social e público, e não uma questão confinada à esfera privada.

Munévar M. (2012) também afirma que, no nível político, vários estudos enfatizam o fato de que a luta para prevenir a perda desnecessária da vida das

mulheres delineou novos espaços de ação e reflexão e outros apontam que a luta contra a subordinação estrutural que o patriarcado gera e suas formas de machismo e sexismo continuarão sendo um dos principais problemas do século XXI. Para a pesquisadora, afirmar as fundações formais de uma ofensa criminal que procura quebrar a impunidade por inúmeras mortes violentas de mulheres no meio da ciência legal androcêntrica e sexista tem sido um avanço conceitual que, com nuances diferentes, tem o apoio político feminista para destacar que a morte violenta das mulheres acontece porque elas são mulheres e como consequência das relações de poder e subordinação que, num contínuo de misoginia, sexismo e terror, subjugarão as mulheres de carne e osso e ancoraram em seus corpos e continuam a controlar sua sexualidade através de construções simbólicas e processos de naturalização do social. Em contrapartida, Catalina Pérez Correa (2015), embora não proponha que a lei criminal nunca seja usada ou que os homicídios não sejam sancionados, porque o adulto responsável deve responder pelos danos causados ao direitos de um ou outro, coloca que a insistência no uso do direito penal como solução parece obviar a natureza violenta e seletiva do direito penal e esquecer que os aplicadores do sistema (a polícia, os ministérios públicos, os militares, os guardiões das prisões) fazem parte do problema e que dificilmente servirá como veículo para transformar a realidade.

4.2 Propostas de enfrentamento

Para fazer frente aos feminicídios, além das ações de nomear, visibilizar e conceituar as mortes violentas de mulheres, Meneghel e Portella (2017) afirmam que, para o monitoramento dos feminicídios em um território, é preciso dispor de informações fidedignas que indiquem a prevalência da violência contra a mulher e as que estão em maior risco de morte, para que possam ser tomadas medidas de proteção. Segundo as autoras, estudos sobre as rotas críticas percorridas pelas mulheres no enfrentamento das violências mostram que o sistema jurídico-policial é o mais procurado e o setor saúde não tem funcionado como porta de entrada para o diagnóstico e o acolhimento de casos. Elas relatam que profissionais do setor saúde dificilmente consideram a violência contra a mulher como um problema de saúde pública, embora tenha sido definida como tal pela Organização Mundial da Saúde nos

anos 1990. Outro fator que obstaculiza a atuação dos trabalhadores da saúde, segundo elas, é a insuficiência ou inexistência de equipamentos sociais como serviços especializados e casas de passagem que possam albergar e proteger essas mulheres. O fato de realizar um diagnóstico de violência de gênero perpetrada contra uma mulher e não ter recursos humanos e materiais para oferecer é uma situação que gera mal-estar, ansiedade e angústia, fazendo com que muitos trabalhadores prefiram ignorar esse problema.

Também têm sido relatados, principalmente por profissionais que atuam em regiões com a presença do tráfico, sentimentos de medo e impotência gerados pelo confronto com o crime organizado. Para o profissional da atenção básica, que está na ponta do sistema e se sente muitas vezes sozinho e sem apoio da retaguarda, efetuar uma notificação de violência pode significar exposição à retaliação por parte dos agressores, sobretudo por conta da dificuldade do Estado brasileiro em proteger as testemunhas e/ou os depoentes e o rompimento do sigilo que ocorre em muitas situações pelos trabalhadores que alimentam sistemas de informação ou pelos rituais jurídicos que colocam frente a frente vítimas, réus e testemunhas. As pesquisadoras também apontam que há necessidade de implantar protocolos nos serviços de saúde, tanto na atenção básica, quanto nos níveis de maior complexidade, para identificar a violência contra a mulher e o risco de morte.

Meneghel e Portella (2017) consideram que a formulação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340), em 2006, constituiu um dos marcos legais para o enfrentamento dos crimes de gênero. Com a lei Maria da Penha, a violência deixou de ser considerada como crime de menor potencial ofensivo, foi conceituada e tipificada, sendo rapidamente conhecida e incorporada no discurso das mulheres do país, independentemente de posição social. Uma década depois, frente ao recrudescimento de assassinatos contra a mulher e à positivação em lei efetuada por vários países, inicia no país a discussão sobre uma lei específica para o feminicídio. O Brasil regulamentou esta lei, após uma série de debates e discussões com vários setores da sociedade, instituições e movimentos sociais. O crime de feminicídio foi sancionado através da Lei, que passa a considerar a questão de gênero como circunstância qualificadora do homicídio. O assassinato de uma mulher cometido por razões de gênero, quando o crime envolve violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher passa a ser

considerado feminicídio. Embora pontuais, há experiências, projetos e programas bem-sucedidos, principalmente quando existem redes, parcerias com os movimentos sociais e protagonismo das mulheres. Um exemplo deste tipo de intervenção, apontado por elas, foi a Patrulha Maria da Penha, organizada no ano de 2012 no estado do Rio Grande do Sul para atender regiões de elevada vulnerabilidade social. Para elas, entre os principais desafios estão a ausência de vontade política para confrontar os crimes; os obstáculos existentes para as investigações incluindo omissões, erros e negligências; a falta de evidências para julgamento dos acusados; a revitimização da vítima; a ausência de acesso à Justiça e de assistência aos membros da família na busca do julgamento dos perpetradores de modo a eliminar a impunidade característica da violência contra as mulheres. Ao dar conhecimento aos crimes de feminicídio, evidentemente, o fazer jornalístico também entraria no rol dessas proposições, devido ao seu papel social formativo quase sempre deixado de lado em prol de questões comerciais e por conta da ideologia burguesa interessada na manutenção das coisas, sem transformações profundas no seio social.

5 REDAÇÃO DO JPB 1º EDIÇÃO

A TV Cabo Branco é uma emissora de televisão brasileira sediada em João Pessoa, capital do estado da Paraíba. Localizada no coração da cidade, na Avenida Monsenhor Walfredo Leal, Nº 258, no bairro do Centro, opera no canal 7, e é afiliada da Rede Globo. No dia 18 de novembro de 2008, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara Federal aprovou projetos de decretos legislativos que autorizavam ou renovavam a concessão de serviços de radiodifusão em vários Estados brasileiros. Na Paraíba, foi renovada a concessão para a TV Cabo Branco, que vale por um período de 15 anos. A emissora pertence à Rede Paraíba de Comunicação, braço midiático do Grupo São Braz, de propriedade do empresário José Carlos da Silva Júnior. A emissora segue normalmente a programação da Rede Globo, gerada diretamente do Rio de Janeiro, mas quando entra em vigência o Horário de Verão no centro-sul brasileiro, a programação é excepcionalmente transmitida em tempo real. O sinal analógico da TV Cabo Branco abrange 51 municípios paraibanos.

Na TV Cabo Branco, os programas exibidos são: o **Bom Dia Paraíba**, telejornal local que vai ao ar de segunda a sexta, às 6h (Horário de Brasília) e é apresentado por Patrícia Rocha, que também responde como editora-chefe do telejornal; o **JPB 1ª Edição**, telejornal vespertino apresentado por Bruno Sakaue, de segunda a sábado, às 12h; o **Globo Esporte**, bloco local, já que transmite a edição nacional a partir do 2º bloco, apresentado por Kako Marques, de segunda a sábado, às 12h45; o **JPB 2ª Edição**, telejornal de maior tradição do Estado, ancorado por Edilane Araújo e exibido de segunda a sábado, às 19h10, e o **Paraíba Comunidade**, jornalístico dominical sempre com reportagens especiais. A emissora ainda mantém, durante a programação, os boletins **Paraíba Notícia** e **Blitz JPB**.

A redação do telejornal JPB 1º Edição funciona no mesmo espaço em que os outros programas da emissora são produzidos. Seus quadros são o **Calendário**, carro-chefe do programa, que explora problemas de infraestrutura nas comunidades e pode ir ao ar em qualquer dia da semana; **Vamos trabalhar**, nas segundas, acerca de oportunidades de trabalho; **Saúde**, nas terças, sobre problemas de saúde que afetam a população; **É da família**, na quinta, com a exposição de animais domésticos desaparecidos; **Qual é a boa**, na sexta, com a programação cultural da

cidade; e **Chefe JPB**, aos sábados, com receitas de culinária. Perfil do público: maioria mulheres, de 25 a 35 anos, classe C e boa parcela A e B. Ou seja, em geral, são mulheres, donas de casa, mães e senhoras que estão em casa assistindo à televisão.

Hoje, para a produção de notícias e de reportagens, há cinco veículos disponíveis para cada turno, dois mochilinks (mochila com o aparelho utilizado para a captura de imagens e áudio pela internet) e um motoboy. Para o JPB 1ª edição especificamente, há quatro equipes de jornalistas disponíveis pela manhã, cada uma formada por um repórter, um cinegrafista e uma assistente. A primeira começa a trabalhar às 6 horas, podendo entrar mais cedo, dependendo de fatos factuais. Duas chegam às 7 horas e uma às 9 horas. Além disso, o telejornal possuiu dois produtores, com o primeiro entrando às 5 horas e segundo às 8 horas, mais um estagiário. Também há uma chefe de produção para o telejornal, quatro editores de texto, sendo um deles a editora-chefe. Todas são mulheres e entram na redação às 8 horas, com exceção de uma que entra às 9 horas. O programa também dispõe de um apresentador, o Bruno Sakauê, que começa seu expediente às 9 horas e quatro editores de imagens, com três entrando às 8 horas e um que trabalha à tarde, a fim de editar matérias. Como os responsáveis pelas atividades técnicas mudam constantemente de horário e, conseqüentemente, de telejornal, no quadro abaixo, mencionaremos todos que fazem parte da emissora.

Quadro 1: Organograma da redação do telejornal JPB 1º Edição no período de 24/04 a 20/06 de 2017

Chefias
Tatiana Ramos (Editora Geral)
Giulliana Costa (Chefe De Redação)
Editores de texto
Maria Cristina Dias (Editora Chefe)
Roberta Mathias (Editora Assistente)
Giovana Rossini (Editora Assistente)
Vanessa Oliveira (Editor Assistente)
Bruno Sakauê (Apresentador)
Editores/Produtores de Rede
Débora Cristina

Repórteres
Hebert Araújo
Danilo Alves
Plínio Almeida
Karine Tenório
Produção
Claudia Richelle (Chefia de Produção)
Mirela Vasconcelos
Bruna Fernandes
Estagiários:
Ronyery Marquex do Nascimento
Cinegrafistas:
Moacir Aragão (Supervisor)
Silvio Vieira
Thiago Ferreira
Edvaldo Júnior
Marcos Cardoso
Wellington Campos
Alexandre Frazão
Jardel Nunes
José Dilson Lima Gomes
Severino Do Ramo
Ewerton Lima
Assistentes:
Allyson Soares
Anderson Luna
Severino Martins
Joselito Barbosa
Dário Santana
Daciano Correia
Ygor Nunes
Paulo Ramos
Sidney Ferreira
Deodoro Batista
Volney Andrade
Editores de Imagem:
Gilson Marques (Supervisor)
José Luciano
Gildázio Dias
Hermano Araruna
Thiago Martins
Zyto Alves
Otávio Farias

Ana Luíza Lima
Câmaras de Estúdio:
Roberto Alcântara
Rogério Miranda
Wolfgan Ramos
Josimar Diniz
Marcelo Gama
Diretores de TV:
Nilson Muniz
Joab Borges
Centro de Documentação (Cedoc):
Claudio Caiana (Coordenador)
Fabiana Cavalcanti
Kanina Borba (Estagiária)
Apoio:
Karina Kenedy (Secretária)
Motoboy:
Anderson Ferreira

Fonte: Chefe de redação da TV Cabo Branco Giulliana Costa

5.1 Ligeira história da TV Cabo Branco e do telejornal JPB 1ª edição

Conforme descreve Azevedo (2015), editora de texto do telejornal que elaborou trabalho sobre midiatização convergência tecnológica/cultural e jornalismo colaborativo na construção e edição das notícias no telejornalismo local da emissora, a TV Cabo Branco foi ao ar, pela primeira vez e em caráter experimental, em 1986, exibindo a programação da TV Bandeirantes, pelo Canal 7, em João Pessoa. O primeiro telejornal local produzido e exibido pela emissora foi o Câmera 7, em referência ao número do canal pelo qual o telespectador recebia o sinal da emissora. O telejornal foi ao ar às 19h, com apresentação de Geraldo Oliveira e Bertrand Freire e edição de texto do jornalista Sílvio Osias. Depois, veio o Jogo Aberto, o primeiro telejornal do meio-dia, que era apresentado por Edilane Araújo e tinha edição de texto do jornalista Werneck Barreto. Em 1º de janeiro de 1987, a Cabo Branco passou a transmitir em caráter definitivo a programação da TV Globo e essa é a data que a emissora considera como oficial de inauguração.

A partir do segundo semestre de 1987, segundo Azevedo (2015), a TV Cabo Branco foi incorporada ao Grupo São Braz que, ao longo dos últimos 27 anos, adquiriu outras empresas na área de comunicação e criou a Rede Paraíba de Comunicação¹⁸. Atualmente, ela é formada pelas TVs Cabo Branco e Paraíba, pelo Jornal da Paraíba, pelas rádios Cabo Branco FM e CBN FM e pelo G1 Paraíba, que também está ligado ao grupo Globo de Comunicação. Em janeiro de 1987, o telejornal do meio-dia mudou de nome. Passou a se chamar JCB 1ª Edição, mantendo a apresentadora e o editor de texto. Em seguida, a TV Cabo Branco passou a exibir o Globo Esporte local, apresentado e editado por Ivan Thomaz; o Canal 7 passou a ser JCB 2ª Edição, com apresentação de Geraldo Oliveira e edição de texto de Sílvio Osias, que assumiu a chefia da redação, e Nádia Ferreira. Com a passagem da emissora para o grupo São Braz, as TVs Cabo Branco, em João Pessoa, e Paraíba, em Campina Grande foram se aproximando gradativamente, e em março de 1988, os telejornais passaram a ter a marca JPB. A sigla veio do nome do Jornal da Paraíba, que já pertencia ao grupo. Na busca pela padronização dos veículos de comunicação, as emissoras acabaram fugindo de uma linha da TV Globo que, geralmente, é seguida pelas afiliadas e filiais do grupo: a de nomear os telejornais com as siglas dos estados onde estão instaladas, como: AL TV, CE TV, RJ TV, SP TV, RN TV e outros. Desse modo, o JPB 1ª Edição foi ao ar, pela primeira vez, em 21 de março de 1988, às 12h15. Em João Pessoa ele era apresentado por Edilane Araújo e editado por Werneck Barreto. Já a edição de Campina Grande tinha apresentação de Lúcio Rodrigues e edição de Romero Ferreira. Juntos, os sinais das TVs Cabo Branco e Paraíba chegam hoje a 90% da população paraibana, em sistema digital.

5.2 Linha editorial

A função primordial da Tatiana Ramos, enquanto editora geral, é manter a linha editorial do telejornal, que é totalmente atrelada à da TV Globo. Além disso, é responsável por gerir as redações da TV Cabo Branco e da TV Paraíba. A linha editorial da TV Globo., segundo ela, é conhecida e não mudou muito no decorrer do tempo. É uma linha editorial, inclusive, divulgada nas plataformas e segue os preceitos da isenção, da correção e da agilidade. “A isenção significa ouvir todos os

lados envolvidos em uma determinada narrativa. A agilidade é própria dos gêneros televisivos e a correção é a gente buscar a informação correta.” (RAMOS, T., 2017)

A chefe de redação Giulliana Costa conta que há uma transparência enorme do que devem e podem fazer no dia a dia.

Como tudo mundo sabe, a TV Cabo Branco, por ser uma afiliada da V Globo, é muito alvo de críticas no dia a dia, no próprio momento no qual estamos vivendo hoje. Isso é discutido sim em redação. Isso não é discutido só comigo e Tatiana. Discutimos na redação essas questões. Os movimentos na rua pararam um pouco, mas na época da saída de Dilma a gente teve várias conversas na redação, pra botar pra fora o que a gente estava sentindo. Algumas pessoas que estavam na rua se expunham demais. Eram hostilizadas. E a gente sofria com isso. Eu tive cinegrafista e assistente aqui que levaram pedradas. Ninguém sabe disso. Apesar de eu achar que o público devia saber disso, mas uma coisa que foi consensual é de que a gente não devia estar contando essas coisas. Eu discordei na época. Mas entendi. Por que eu defendi. Era injusto o que estavam fazendo com a gente. Estávamos sendo alvo, estavam apedrejando a gente. E o alvo não poderia ser nós. A gente estava trabalhando. E as pessoas terminaram não sabendo disso. Registramos Boletim de ocorrência, fizemos tudo que devia. Mas sabe aquela vontade de dizer: olha, minha gente, olha o que fizeram com a gente. Claro que a gente sabia que eram poucas pessoas que faziam aquilo. Mas a gente se sentia tá injustiçado com tudo. A gente não tem como se desvincular da TV Globo. Mas somos afiliadas. (COSTA, G., 2017)

5.3 Dia a dia dos jornalistas

A redação do telejornal JPB 1º Edição dispõe de diversos lugares para abrigar os jornalistas. Cadeira, computador, telefone e calendário são os itens básicos. No mural da mesa da chefe de redação Giulliana Costa, por exemplo, há fotografias dos profissionais juntos, dentro e fora da redação, em atividades ligadas ou não ao ofício de jornalista, a fim de demonstrar a união do grupo. De cada lugar, é possível se comunicar com todos. No alto de uma parede, há nove TVs, uma de monitor maior no centro e quatro de cada lado. A maioria delas sintonizada na TV Cabo Branco, na TV Globo e na Globo News. Uma ou duas são dedicadas à programação da concorrência regional. Regularmente, a editora geral Tatiana Nunes e a chefe de redação Giulliana Costa recebem água, suco ou café em suas bancadas, por ocuparem posição hierarquicamente superior. Se desejarem, os demais jornalistas

precisam ir até a profissional responsável pelo serviço. O design de interiores também organiza a hierarquia entre os profissionais. Da sala da editora geral, é possível monitorar toda a redação, formada, majoritariamente, por jornalistas mulheres. A editora geral, inclusive, passeia pela redação, às vezes, para monitorar o trabalho da sua equipe e opinar sobre a construção textual. Não é incomum falar em voz alta e enquanto determinado jornalista exerce suas atividades. A hierarquia entre eles também fica visível pela vestimenta. A editora geral e a chefe de redação se destacam entre os demais. Afirmam que precisam estar bem vestidas para receber visitas de outros gestores, de convidados e de autoridades.

Minha abordagem é sempre a de conversar. Modéstia à parte, eu sou uma pessoa extremamente coerente com meu pensamento e raciocínio. Num cargo de gestão., se você tem coerência, é pelo caminho andado. Se eu for conversar sério com alguém, chamo à minha sala, por questões óbvias. Quando minha porta está fechada, existe um respeito, porque é quando não quero ser interrompida. O povo fala que sabe quando eu estou ou não estou abusada. Eu sou muito clara. Quando eu não gosto de uma coisa, eu falo. E eu sou muito assertiva. Prefiro ser assertiva eventualmente, em vez de todo dia gritadora. Você não pegou nenhum dia e talvez eu não fizesse se você estivesse aqui, como já fiz e faço. Se tiver uma loucura, eu posso dar um giro e bater na mesa, acontece. Mas isso é eventual. E não tem mágoas. Tudo fica na esfera profissional, do momento e não é legal. Mas acontece eventualmente. (RAMOS, T., 2017)

Os jornalistas se movem bastante pela redação, durante a produção das notícias, seja para conversar sobre uma pauta ou trocar informações acerca de um assunto qualquer. Os telefones celulares dos jornalistas são mais usados para o trabalho do que os telefones fixos disponibilizados pela empresa, exceto os profissionais de produção, que trabalham, basicamente, por meio do telefone fixo, organizando logística, pautas e matérias do dia ou não. Quanto mais próximo do horário do telejornal ir ao ar, mais aflitos os jornalistas parecem ficar. O relógio é adiantado em três minutos. Ele é digital e é mais observado por volta das 11h30, já que o telejornal vai ao ar ao meio dia. A preocupação com o tempo é matemática, fazendo com que os jornalistas se mantenham concentrados até os ajustes finais. Chegam a correr pela redação, a fim de deixar tudo pronto para ir ao ar. No momento da transmissão do telejornal, caixa de som é usada para a comunicação entre eles e espaços que ficam fora da redação. O horário apertado justifica situações que podem ser consideradas abusivas, como falar alto e dar ordens de um

modo não muito delicado. Impressiona a sensação de relaxamento após o fim do programa. Um ou outro realiza comentário sobre a edição. Falam ao mesmo tempo. Soltam um ou outro palavrão. Logo em seguida, há reunião de pauta, para o planejamento da edição subsequente.

5.4 Mulheres na liderança

Hoje, há mais de 100 afiliadas da TV Globo em todo país. Tatiana Ramos é, talvez, a gestora mais jovem e ainda dirige duas dessas emissoras. Ao contratar um jornalista, não tem preferência por mulheres. Só há preocupação com o sexo do colaborador se for para assumir o posto de repórter, porque, para ela, necessita de um equilíbrio de gênero.

Acho, inclusive, que esse tipo de acompanhamento pode se tornar, de certo modo, preconceituoso. Eu sou certamente a mais jovem ou uma das mais jovens do Brasil todo nesta função de gestora de jornalismo afiliada. Eu acho que a minha trajetória foi muito de estar pronta para as oportunidades. Acontece de surgirem as oportunidades e você não estar pronta para abraça-las. Não que eu estivesse. Mas eu estava potencialmente pronta. Minha trajetória é muito curta no aspecto de funções. Eu até queria ter passado por mais funções. Eu queria ter sido repórter e, talvez, editora. Não posso esquecer que tenho formação em Direito e isso me deu certamente muito conhecimento pra agarrar várias oportunidades. Então sempre me credenciei muito bem pra coberturas jornalísticas de justiça. Eu comecei basicamente na TV Cabo Branco como estagiária de produção, como a maioria deles começa. Me credenciei na época porque a gente fez um quadro muito especial chamado "Eu quero justiça". Eu era a produtora. Pelo fato de estudar Direito, assumi, talvez, esse que era o quadro mais importante da época. Foi um sucesso, ficou no ar algum tempo. Era sobre estudar processos que estavam parados, pegar casos emblemáticos e atualizávamos o telespectador sobre em que situação determinado fato estava. (RAMOS, T., 2017)

No comitê de gestores da TV Cabo Branco, Tatiana Ramos é a única mulher dos sete gerentes.

Se eu achar que há um problema comigo, não quero achar que é por que sou mulher. Eu me nego a achar isso. Eu tenho muitos problemas

em reconhecer esse tipo de preconceito. Eu não consigo compreender o preconceito, entendeu. Não entra na minha cabeça. Eu vou pra uma reunião de gerencia. Sou eu mais seis homens. E olhe que eu sou mais nova, pequeninha. Mas eu me sinto igual a eles. E eu sei que eles me enxergam assim. Eles podem até entre eles não me enxergar. Mas pelo menos naquele momento... eu acho que a gente deve impor um respeito. E eles tem que enxergar isso. (RAMOS, T., 2017)

Na coordenação das tarefas, Giulliana Costa tem a função de fazer com que o trabalho funcione dentro da estrutura que o telejornal tem. Seu trabalho se confunde um pouco com a chefia de produção e de reportagem. Além disso, media as discussões entre os profissionais.

Claudia e Mirela estão empenhadas em fazer dar certo as reportagens. Eu preciso fazer dar certo o trabalho delas, o de editores, de editores de imagem, dos cinegrafistas, ou seja, eu preciso fazer dar certo o trabalho de todas as equipes, de todas as funções que agregam o jornalismo da empresa. É um trabalho braçal. A outra coisa é discutir. Eu não sou dona das ideias. Eu participo delas. O ambiente de redação é muito diverso em termos de ideias. Eu não determino. Se, ao final de tudo, alguém tiver que determinar, eu determino, mas faço mais a mediação das ideias. Eu também faço a ligação da redação com a editora geral, por exemplo, que é a Tatiana. Então eu defendo também os interesses da empresa, que é claro que existem. Dos 15 anos que tenho de TV, dez foram como produtora e em seguida chefe de produção. Então eu sou uma pessoa que tem o perfil de execução. Eu sei o que é colocar um telejornal do ar desde a base. E tô aprendendo até hoje. (COSTA, G., 2017)

5.5 Treinamentos pontuais

Os treinamentos da TV Globo já foram mais frequentes. Atualmente, não há uma sistemática ou cronograma. O principal hoje é desenvolvido por meio da Uniglobo, plataforma que, há 16 anos, atua na disseminação de conhecimento e desenvolvimento das 118 afiliadas da Globo ao redor do país. Os cursos são oferecidos a distância, via intranet. Eles são ministrados pelos próprios profissionais da Rede Globo, geralmente alguém com expertise ou que inovou em determinada área do jornalismo. Alguns deles são sobre Produção de reportagem e de texto, Jornalismo Comunitário. Tanto os profissionais da TV Globo quanto os das afiliadas podem participar dos treinamentos.

Também há formações pontuais, com equipes que vão até uma ou outra redação para treiná-la, depois de passar período observando a sua rotina produtiva ou para preparar os profissionais para uma ferramenta nova ou mudanças em toda a rede, assim como ocorreu com a implementação do G1, que visava uniformizar as páginas jornalísticas da cadeia jornalística. A Rede Globo também organiza, regionalmente, Caravanas de jornalismo. Durante alguns dias, profissionais das afiliadas se encontram em uma capital, para discutir temática específica. Geralmente, é organizada por funções. Então há Caravana de diretores de jornalismo, de editores de rede, entre outras.

5.6 Dificuldades para formação continuada

A maioria dos jornalistas do telejornal se formou nas escolas de jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Na época, debates sobre gênero não eram tão comuns como hoje, mas já existiam no meio acadêmico. Em seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a chefe de redação Giulliana Costa elaborou livro sobre violência contra as mulheres.

Na época, o professor Luís Custódio estudava livro reportagem, porque era o que pesquisava em seu curso de doutorado, e propôs um, em vez de monografia. Éramos eu, Margarete Almeida, que hoje é professora, e Júlio Américo, um colega que terminou o curso, mas que não continuou na área. A temática discutida era muito abrangente e era sobre a violência contra a mulher. Formatamos o livro em três mãos. Eu fiquei com violência doméstica, Margarete com a violência contra as prostitutas e Júlio Américo com as meninas que vivem em situação de rua. E assim foi. A pesquisa durou um ano, incluindo a escrita. O livro foi chamado de “Sina”. Nunca publicamos. Mas digamos que isso ainda faz parte de nossas vidas. A gente se formou em 1992. Temos mais de 20 anos de lá pra cá. Faz 25 anos. Se hoje fôssemos fazer uma releitura dos dados, seria interessante observar como era tratada a questão aqui em João Pessoa. A primeira Delegacia da mulher, como se chegava lá. Esse histórico eu fiz. (COSTA, G., 2017)

Anos depois, desistir do curso de mestrado em Jornalismo, pela mesma universidade, foi um trauma na sua vida.

Desisti por causa da minha função e do tempo que passo à disposição da empresa. Não conseguia ter saúde pra chegar em casa e ler e pesquisar. Não conseguir raciocinar pra ler e pesquisar. Fiquei frustrada comigo. O professor Custodio só faltou me matar. Meu orientador, Fernando Firmino, fantástico. Estava muito angustiada por não conseguir ler e fazer fichamentos. Quando chegava em casa às 20h ou 21h, que eu parava, jantava e começava a leitura e os fichamentos, eu não raciocinava; demorava muito tempo para entender uma página por causa de cansaço. Consegui cumprir todas as disciplinas. Mas quando chegou na hora da produção e do projeto, não consegui mais. (COSTA, G., 2017)

6 PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS DE FEMINICÍDIO

Rabaça e Barbosa (2002) definem a notícia como um relato de fatos ou acontecimentos atuais, de interesse e importância para a comunidade, capaz de ser compreendido pelo público. É em busca da notícia que se desenvolve toda a atividade jornalística e, como fenômeno essencialmente jornalístico, a notícia requer tratamento apropriado que envolve apuração, pesquisa, comparação, interpretação, seleção - e redação adequada, de acordo com as peculiaridades do veículo. Para que se produza uma boa notícia, é, segundo os autores, essencial que o fato reúna determinados atributos, como atualidade, veracidade, oportunidade, interesse humano, raridade, curiosidade, importância e consequências para a comunidade, proximidade.

Uma das práticas de que se ocupa a teoria do *newsmaking* é a noticiabilidade. Como conceito, Pena (2015, p. 130-131) afirma que ela é um conjunto de critérios, operações e instrumentos para escolher entre inúmeros fatos uma quantidade limitada de notícias. Sua aplicação baseia-se nos valores-notícia, que são os tais critérios e operações usados para definir quais acontecimentos são significativos e interessantes para serem transformados em notícias. As pautas selecionadas fazem parte do planejamento de uma edição, com a listagem dos fatos a serem cobertos no noticiário e dos assuntos a serem abordados em reportagens, além de eventuais indicações logísticas e técnicas: ângulo de interesse, dimensão pretendida na matéria, recursos disponíveis para o trabalho, sugestões de fontes, conforme Lage (2014). Essa realidade apresentada no telejornal é um produto da sociedade; ao mesmo tempo que o homem constrói e molda o meio social, é por ele influenciado, de acordo com Berger e Luckmann (2004).

Ao longo deste capítulo, descreverei como é, geralmente, a produção das notícias de feminicídio para o telejornal JPB 1º Edição, da seleção ao produto final, considerando a análise de conteúdo dos sete produtos noticiosos identificados, a observação participante e as entrevistas em profundidade empreendidas no período de 24/04 a 20/06 de 2017; o perfil dos crimes, conforme o Mapa da Violência 2015 – Homicídios de Mulheres no Brasil; e os problemas na construção das notícias, apontados por projeto do Instituto Patrícia Galvão Mídia e Direitos, iniciado em

outubro de 2015, que analisou um total de 3.440 notícias publicadas em 71 veículos de todas as regiões do país.

6.1 Seleção

O JPB 1º Edição é o telejornal mais policial da TV Cabo Branco. Nele, a seleção de notícias de feminicídio, denominadas pelos jornalistas de “Muito mundo cão”, assim como outros tipos de assassinato e estupro, funciona, na rotina produtiva, do mesmo modo que a realizada para os demais crimes. Diariamente, as produtoras Mirela Vasconcelos e Bruna Fernandes levantam às 5h, para ouvir os programas policiais “Rota da notícia”, da rádio Arapuan FM, e o “Acorda Paraíba”, da Rádio Correio, ambos de grupos de comunicação concorrentes, que trazem os principais fatos policiais ocorridos durante a madrugada e nas primeiras horas do respectivo dia. A ideia é “esquentar” o telejornal com notícias mais factuais.

Ao chegarem à redação, trocam ideias sobre as escutas, com o intuito de analisar os acontecimentos veiculados e de “correr” atrás de mais informações. Depois dessa conversa, também executam ronda, por meio do contato com assessorias de comunicação de órgãos como as polícias federal, rodoviária federal, civil e militar; Centro Integrado de operações Policiais (CIOP); Instituto de Polícia Científica (IPC); hospitais, entre outros, via telefone e grupos no aplicativo WhatsApp, como verdadeiras *gatekeepers*, pessoas que têm o poder de decidir se deixa passar a informação ou se a bloqueia (PENA, 2015, p. 133). Sobretudo no WhatsApp, fontes consolidadas gerenciam grupos nos quais estão inseridos policiais e jornalistas, a exemplo do delegado da Polícia Civil da Paraíba Walber Virgolino e do tenente-coronel da Polícia Militar da Paraíba Cristóvão Lucas. Nesses espaços virtuais, são compartilhadas informações sobre crimes, deflagrações, operações, flagrantes e demais ocorrências que estão sendo atendidas. A relevância da distribuição da rede noticiosa é, portanto, uma questão central no processo de produção da notícia, porque articula-se com as questões de ‘noticiabilidade’ e as fontes são quem são porque estão diretamente ligadas a sectores decisivos da atividade política, econômica, social ou cultural do Estado (TRAQUINA, 2005, p. 189-190).

Difícilmente notícias de feminicídio são informadas por fontes não oficiais. Quando isso ocorre, os jornalistas não dão a mesma atenção concedida a fontes oficiais. Por mês, chega uma ou duas denúncias de violência à redação. Mirela Vasconcelos (2017) acha que essa quantidade é pequena porque as pessoas têm receio de retaliação. A grande maioria das demandas é sobre problemas de infraestrutura nas cidades, comumente de calçamento nas comunidades. Um dos poucos casos que partiu dos telespectadores recentemente e teve repercussão nacional chegou à redação através de um e-mail. Na comunicação, irmão de uma vítima de agressão, que já tinha posse de medida protetiva, denunciou o atendimento de um delegado da Polícia Civil de João Pessoa. “Depois de ser agredida, a mulher foi à delegacia. Lá, o delegado perguntou se ela tinha certeza de que não havia batido a cabeça em um armário ou caído de uma escada.” (VASCONCELOS, M., 2017).

De acordo com produtora, no caso de notícias de feminicídio, sua função é a de levantar conteúdo, porque a decisão sobre a transmissão ou não é de responsabilidade do profissional encarregado de editar o telejornal. Nesse processo de apuração, cuidado com denúncias é tomado para não expor alguém desnecessariamente. Existir queixa formal na polícia é imprescindível para que a produção da notícia tenha continuidade. Depois de conseguir descrever um feminicídio, as produtoras seguem em busca de quem está sendo acusado ou de um advogado ou de qualquer pessoa que represente “o outro lado da história”.

Diferente das produtoras, Giovana Rossini, editora assistente do JPB 1º Edição e, temporariamente, na chefia de edição por causa das férias da editora chefe Maria Cristina Dias, lê os poucos jornais impressos que ainda existem no Estado da Paraíba, principalmente o Correio da Paraíba, para selecionar fatos para o telejornal. Ela também dá uma geral em sites de notícias, para verificar as mais lidas. Do mesmo modo, acompanha as redes sociais e observa o que as pessoas estão conversando nas ruas. Se algum acontecimento tem sido abordado de modo contínuo, tenta trazê-lo à tona, novamente. A sua função, enquanto editora chefe, é pensar na composição do jornal como um todo e selecionar as reportagens que serão exibidas.

Giovana Rossini, particularmente, não gosta de dar notícias policiais. Quando necessário, tenta diluí-las ao longo do telejornal. Mirela Vasconcelos (2017) conta

que, às vezes, chegam a pensar: “Hoje, se espremer o espelho, sai sangue”. Ainda assim, dão notícias de feminicídio porque avaliam que as pessoas precisam saber dessa realidade. No entanto, tentam pautar outras temáticas, como projetos sociais e reivindicações das comunidades. “As pessoas falam de nossa mudança, sobre não dar muito policial. “Na hora do almoço, eu nem ligava mais a televisão porque era horrível”, já me disseram.” (VASCONCELOS, M., 2017). Giovana Rossini não hesita em pedir ajuda a outros jornalistas da redação para selecionar as notícias:

Eu ainda sou do impresso. Meu marido também é jornalista. A gente mantém o ritual de sentar na cadeira de balanço, para ler o jornal antes de tomar café. Tem dia que parece que acontece tudo de uma vez. Eu, particularmente, não gosto de fazer jornal pesado. E aí, a gente fecha o olho ou não? Você às vezes não consegue raciocinar como deveria. Eu poderia ter tirado dois VTs, que dava uma diminuída. Mas, de todo jeito, ia ter muito policial porque a notícias estavam muito pesadas hoje. É difícil espelhar um jornal assim. Como não sou a chefe mesmo, divido as angústias com os meus colegas e pergunto o que eles acham para tomar minhas decisões. A gente acerta e erra. (ROSSINI, G., 2017)

Uma notícia de feminicídio vai ao ar, geralmente, quando a equipe consegue reunir informações suficientes e entrevistas e imagens do local no qual ocorreu o assassinato. Além disso, as histórias tendem a ser selecionadas para o noticiário porque é um assunto que vem sendo muito discutido na esfera pública. Se o levantamento de informações e a gravação de entrevistas e de imagens do cenário do crime não forem satisfatórias, é veiculada em forma de nota coberta ou pelada ou então é “derrubada”, ou seja, não entra no jornal. Embora tenham promovido três ou quatro vezes discussões sobre violência contra a mulher nos últimos seis meses, através de entrevistas com delegados e juízes, debater a natureza do feminicídio quase nunca é possível por conta do tempo do programa. Entre os principais critérios de seleção, está o modo como uma mulher é assassinada:

As circunstâncias do crime talvez influenciem na forma com que você dá a notícia. Quanto mais violento, maiores as chances de gerar uma manchete. Quando a gente chega na história dos critérios de noticiabilidade, um deles é esse impacto que você causa. Não tenha dúvida. Se uma mulher foi

morta por estrangulamento, a gente vai botar para abrir o jornal. Acho que a gente continua assim e eu tenho até receio de falar sobre essas coisas. A gente tenta tanto mudar isso. Mas não conseguimos em todos os momentos. Mas matéria de mulher estrangulada ou estuprada dá destaque em jornal. A gente tenta discutir quando pode e tem tempo. Porque temos percebido que o feminicídio tem aumentado muito. E isso é muito preocupante. (COSTA, G., 2017)

6.2 Reportagem

As reportagens do telejornal JPB 1º Edição dividem-se em duas categorias: produzidas e factuais. As produzidas têm certa previsibilidade, porque são resultado de um planejamento que permite o encontro de um repórter com uma ou mais fontes, em um lugar e horário pré-determinados, para gravar entrevistas sobre uma certa temática. Mas a maioria das pautas é factual, realizada na rua, onde o repórter assume o papel de procurar fontes para lhe ajudar a contar uma história. O texto é construído através de uma espécie de montagem de quebra-cabeça que envolve a organização de depoimentos e de imagens. “Daí você junta uma fala com outra de alguém; grava imagens disso e daquilo, constrói a narrativa e faz uma passagem encima.”, descreve o repórter Plínio Almeida (2017), comumente designado para realizar a cobertura de crimes devido ao seu horário de trabalho, no início de todas as manhãs. Atualizações sobre as pautas são feitas constantemente, em contato com o editor e com os produtores, através de ligação telefônica e de troca de mensagens via WhatsApp. Por meio dessas interações, verifica-se o que precisa ser mais checado, se o suspeito já foi preso, se a vítima morreu ou está internada em algum hospital. Nesse sentido, o trabalho do produtor é muito importante, porque deve imaginar como ficará a reportagem completa.

Produzida ou não, ao assumir uma pauta de feminicídio, Plínio Almeida (2017) julga que é papel do repórter averiguar se todas as informações levantadas pela produção condizem com a realidade e, por mais que estejam corretas, tem a liberdade de dar o seu próprio direcionamento e tom ao texto, além de sugerir as entrevistas que podem servir para a construção da narrativa. Depois de apurar o máximo de informações possíveis, ainda é necessário editar o material.

Geralmente, a passagem é gravada na rua e o off, narração do fato, em estúdio. Mas quando o repórter tem duas pautas no mesmo dia, em horários próximos, e não dá para voltar para a sede da TV Cabo Branco, um motoboy da empresa é encarregado de buscar, onde a equipe de reportagem estiver, as imagens e o áudio do off da primeira pauta do dia do repórter, armazenados em um disco compacto. O texto do áudio é elaborado e gravado no próprio local, de preferência, dentro do carro da empresa, com vidros fechados e em uma rua menos movimentada, por causa da acústica, a fim de diminuir a interferência de ruídos externos.

Em notícias de feminicídio, o procedimento do repórter é sempre o mesmo: procurar as autoridades. Geralmente, alguém da polícia civil, militar ou responsável pela perícia. Nessa busca por fonte oficial, Plínio Almeida (2017) afirma que é importante estar atento aos horários dos expedientes dos órgãos públicos, principalmente se o assassinato ocorreu na noite anterior ou de madrugada, para chegar à Central de Polícia antes da troca de plantão, para conversar com os policiais que estiveram responsáveis por determinada ocorrência e conseguir, porventura, o contato de uma testemunha ou de pessoa que conhecia a vítima. Desse modo, a principal fonte, quase sempre, é a polícia porque, por força da Lei, teve acesso ao local do crime, a testemunhas e a familiares e que, por isso, pressupõe-se ter o relato mais fiel. Para que a reportagem ganhe força dramática, segundo Plínio Almeida (2017), é preciso conseguir o depoimento de alguém que testemunhou o crime ou que participou dele ou que, de alguma maneira, foi afetado por aquele acontecimento:

Se uma mulher foi assassinada, quem é essa mulher? Por que ela foi morta? Quem são seus parentes? O que mãe, filho, vizinhos podem falar sobre? Se foi o marido que a matou, como era a relação dos dois? Ocorriam brigas constantes? Houve agressão anterior? Então todos esses detalhes elucidam o crime da origem até a consumação. (ALMEIDA, P., 2017)

Figura 1 – Representantes da Segurança Pública são a principal fonte do telejornal



Fonte: Homepage do JPB 1ª Edição (PB)

Uma das principais críticas dos movimentos feministas sobre a cobertura de crimes de feminicídio é a não caracterização dos casos como tal, o que perpetua o generalizado desconhecimento social a respeito da violência de gênero. Plínio Almeida (2017) pensa que é uma questão de estilo do jornalismo, independente do meio (TV, impresso, rádio ou internet), porque é um termo ainda meio estranho e esdrúxulo. A editora geral Tatiana Ramos (2017) avalia de modo semelhante. Segundo ela, nos telejornais da emissora, a redação busca utilizar a linguagem que os telespectadores entendem. No ponto de vista da editora geral, o termo ainda não está muito disseminado, embora reconheça que é papel do jornalismo contribuir para que as pessoas o conheçam:

Posso colocar isso numa discussão. De fato, você traz um elemento para a gente debater. Se a gente decidir utilizá-lo, precisaremos explicá-lo. Isso é uma regra básica em televisão

e na própria Rede Globo. A gente fala a língua do povo. As pessoas não falam feminicídio. Você não chega em casa e diz “Ai, hoje eu soube de um feminicídio”. Vou dar um exemplo bem básico. O nome da palavra é “recorde”. Mas todo mundo só fala “récorde”. Então a gente fala “récorde”. É um erro acertado. Eu preciso falar o que as pessoas estão falando em casa. Estamos atentos a isso 24 horas por dia. Ninguém chega em casa e diz “Ai, hoje estou muito cansado.” As pessoas falam: “Hoje eu “tô” cansado”. Então a gente vai falar “Eu “tô” cansado”. É a mesma lógica. Durante muito tempo, na Rede Globo, se falava: “A operação Lava Jato, que investiga corrupção não sei aonde”. Foi assim durante um ano na TV Globo. Hoje em dia, todo mundo sabe o que é a Lava Jato. Então a gente não precisa explicar. Quando a gente entende que o termo vai agregar em alguma coisa, acho que é papel do jornalismo disseminá-lo. Não sei se o feminicídio agrega. Talvez para fortificar uma estatística. Eu acho que o feminicídio não deixa de ser uma morte, um assassinato. Então se eu falo “assassinato de uma mulher” ou “feminicídio”, sinceramente, para mim, eu acho que tô falando a mesma coisa. Se o feminicídio é um crime por questão de gênero, então é isso que precisa ser massificado. Eu não tenho na cabeça essa diferença que você está acabando de me explicar. Na minha cabeça, feminicídio pode ser violento, mas não necessariamente pelo fato de ser mulher. Talvez se você fosse meu companheiro e me matasse por questões passionais, não seria. É um termo muito novo. Talvez a gente precise explicar que lei é essa, quais são as condições para se enquadrar nela, qual a pena, se há circunstâncias agravantes e o fazem ser diferente de um homicídio normal. Eu acho que a gente pode ajudar. Eu acho que já vale um belo VT. Vou até anotar. (RAMOS, T., 2017)

A editora chefe provisória Giovana Rossini justifica o não uso do termo feminicídio nas reportagens com os argumentos de que o telejornal é breve e pelo fato de o texto precisar ser entendido pela maioria das pessoas. Para ela, o texto de TV é superficial porque os jornalistas não entendem muito de nada, mas entendem de tudo um pouco:

É mais fácil para quem está em casa compreender logo de cara se a gente diz “matou uma mulher”. De repente, se eu falar “feminicídio”, tenho que começar explicando, porque é um termo com o qual as pessoas ainda não estão acostumadas. Em televisão, eu tenho que falar para você entender. E tenho que falar para Dona Maria, que está lá em Esperança, no Agreste do Estado, entender ao mesmo tempo. Às vezes,

Dona Maria não sabe o que é um homicídio. Acho que não está coloquial nem pra polícia. Talvez se fôssemos à uma delegacia da mulher. Acho que lidam melhor. E a gente tem que avaliar por caso. Uma mulher pode ter sido empurrada e morreu. Tem que ter um contexto para avaliar. Se for uma mulher branca, rica e conhecida, talvez chame mais atenção porque vai tomar mais proporções do que uma mulher comum. De qualquer maneira, a TV é superficial. Hoje, tô falando de síndrome do pânico. Se fosse me aprofundar, eu ia precisar de arte, de personagens. Como na matéria de mulheres mortas, eu tentei não ser superficial. Tentei dar uma profundada. Mas também às vezes essa aprofundada é superficial. O jornalismo é assim. A TV não consegue. É diferente de uma revista com três páginas. O tempo da TV é muito rápido. Para temas como esse, acho, por sinal, que, na hora de editar, jornalista mulher tem mais sensibilidade, mais emoção. Homem é mais frio, racional. (ROSSINI, G., 2017)

Os jornalistas do telejornal também pensam que esse impasse, além de uma questão de linguagem coloquial ou não, considerando o perfil instrucional dos telespectadores, é também um tópico que se refere às responsabilidades de cada instituição. Para a produtora Mirela Vasconcelos, a caracterização do crime de feminicídio cabe à autoridade policial:

Caracterizar a morte de feminicídio é papel das fontes. A gente caracteriza um homicídio ou um latrocínio porque são crimes mais certos. Mas o de feminicídio tem que vir por parte de alguma autoridade policial. Muitas vezes, o próprio delegado diz que ainda não dá para definir como crime de feminicídio porque está no começo da investigação. Por mais que a gente ache que seja e ouça família e parentes, não cabe a nós essa determinação. (VASCONCELOS, M., 2017)

Tatiana Ramos (2017) mensura de maneira parecida e acredita que quem deve fazer a avaliação do feminicídio é a segurança pública porque são os profissionais da área que têm subsídios para a investigação, a não ser que a redação assuma esse papel, como no jornalismo investigativo de programas como “Fantástico” ou “Profissão Repórter”, também da Rede Globo. Ela acha, inclusive, que deve existir um entendimento muito forte da polícia e da justiça sobre o feminicídio, porque, se não houver, para os jornalistas, a situação fica ainda mais complicada. No seu ponto de vista, protagonizar a disseminação do conceito de

feminicídio não é responsabilidade dos jornalistas. A editora geral também julga que é necessário precaução nas coberturas jornalísticas, para não agir de maneira “politicamente correta”:

Os próprios delegados nunca usam feminicídio. Para se popularizar, tem que haver um trabalho conjunto. A própria polícia e a justiça precisam ter esse entendimento também, já que querem fazer essa diferenciação. E aí a imprensa entra como um suporte. Mas não acho que nós somos os primeiros. Eu acho que a gente nunca é protagonista de nada. Eu acho que a gente é uma voz a mais nessa disseminação. Sobre a segurança pública, judiciário e polícia serem meios machistas, acho tão ruim falar sobre esses temas porque eu não gosto de fazer avaliações sem ter um subsidio. Essas pessoas são concursadas. Talvez as mulheres não se inscrevam nos concursos. Eu acho que a gente promove muito o preconceito. É igual àquela história do Oscar. “Ah, não tem nenhum negro indicado”. Tá, porra, não tem ninguém bom nesse ano que é negro. Por que tem que ter sempre um negro indicado ao Oscar? Eu já ouvi pessoas dizerem: “Ah, vocês contrataram essa repórter porque ela é negra, mas ela não é boa”. Mas as pessoas, ao mesmo tempo, falam: “Ah, vocês não têm uma repórter negra”. E aí, o que querem? Elas querem o negro bom. Perfeito, eu também quero. Mas se você cumprir a cota, apontam que contratei para cumprir a cota. Tem certas discussões que eu não gosto de entrar. Não consigo entender. Eu sou muito idealista nesse ponto. As pessoas que estão ali, para mim, estão porque enfrentaram um concurso. Se houve internamente um preconceito de A ou B, para privilegiar homem em relação à mulher, aí ferre-se. Aí vem neguinho problematizar... Foda-se, entendeu? Eu mesma já sofri preconceito contrário. Eu morei nos EUA com uma família negra. A mulher que quis ser a minha mãe, lá, era negra. Morava num bairro negro. Todas as pessoas viraram a cara pra ela, porque ela escolheu uma menina branca. Eu era a única pessoa branca que andava pelo bairro. Certa vez, minha mãe olhou pra mim e disse: “Minha filha, eu acho que vou fazer tranças no seu cabelo, porque as meninas estão com ódio, porque você tem o cabelo bom, e elas querem cortar o seu cabelo”. Então é assim. Esse preconceito é promovido muitas vezes por outras questões, entendeu? Uma mãe como essa é uma pessoa guerreira por ser contra o preconceito. Para ela, seria muito mais fácil adotar uma pessoa negra. Ela teria problema algum. Essas pessoas fazem a diferença porque elas olham assim e dizem: Pô, alguém tem que começar esse jogo. Então eu acho que são pessoas assim que conseguem chegar pra você e dizer: “não, eu acho que pode ter sido feminicídio, mas pode ter sido também passional”. Por que não pode ter sido passional? Tem que oferecer questionamentos. Não é por

que simplesmente... “Ah, matou um negro porque ele é negro”. Pô, vamos ver se foi por isso que ele foi morto, entendeu? A Globo, por exemplo. Tudo que a Globo faz é por que é manipulação. Beleza, eu não tô dizendo que é ou não é. Mas ela também pode estar fazendo por outros motivos. Tu entendes? Eu acho que esses estereótipos estão muito arraigados nesses termos. Então a gente tem que ter muito cuidado quando a gente usa feminicídio ou por que é negro ou por que é gay. Eu acho que a gente tem que saber usar pra não entrar na história de que a motivação que parece óbvia é necessariamente aquela porque é o que é politicamente correto. (RAMOS, T., 2017)

A chefe de redação Giulliana Costa nunca havia parado para pensar por que, nas reportagens do telejornal, não se usa o termo feminicídio. Ela concorda com os outros jornalistas que deve ser pelo fato de a expressão ser nova e pouco popular e que sua definição é de responsabilidade das autoridades:

A gente fala de homofobia e temos a preocupação de saber se realmente foram crimes homofóbicos. Não é por que o cara é gay e foi morto que foi homofóbico. Quem vai dizer isso é a polícia. Os crimes envolvendo mulheres têm aumentado assustadoramente. O fato de ser branca, negra, pobre, rica, pra mim, honestamente, não faz diferença. Alguns crimes acontecem e entram nessa discussão aí. Não foi um crime contra mulher, mas contra a pessoa. Acho que há muito machismo na definição de crimes de feminicídio como passionais. A gente ainda não avançou nisso. Como as investigações ainda não consideram tanto essa perspectiva, sempre dá a impressão de que o crime ocorreu por causa de uma discussão. (COSTA, G., 2017)

Na busca por fontes oficiais, as assessorias tendem a dificultar, algumas vezes, o trabalho de apuração, ao fornecerem apenas o contato de determinado porta-voz, sem mediação efetiva. Dados comprometedores de secretarias como as de Defesa Social e de Segurança Pública, a exemplo do número de feminicídios em um intervalo de tempo, não são disponibilizados com facilidade. No contato com fontes da polícia, Plínio Almeida (2017) tem consciência de que o meio ainda é muito machista, porque é formado, majoritariamente, por profissionais de outras gerações.

Inevitavelmente, esse comportamento e jeito de estar e de ver o mundo são reproduzidos nas entrevistas e no tratamento dado a casos de feminicídio. Por outro lado, o repórter pondera acerca das motivações dos crimes. Para ele, assim como para os seus colegas, nem sempre é por causa de questões de gênero:

A gente não pode cair na armadilha, na minha opinião, considerando a necessidade de uma avaliação isenta, deixar de observar o comportamento de risco que a vítima levava. Muitas situações são causadas por isso. Usuárias de drogas, prostitutas ou mulheres que se relacionam com criminosos. Tudo isso pode proporcionar um ambiente que, por algum motivo, pode motivar um crime. As coisas acontecem não só por causa do machismo. Claro que há muitas por causa do machismo, de poder sobre o outro, da não aceitação do fim do relacionamento. Mas o tráfico de drogas aumentou muito o número de mortes de mulheres. Eu sei disso por causa das próprias estatísticas da polícia. E aí eu acho que não tem muito a ver com machismo. Por que senão não matariam homens. E matam muito mais homens. Mas hoje as mulheres estão vendendo droga, coordenando bocas de fumo. Se o marido é preso, fica controlando o tráfico no lugar dele. Saber se foi ou não por causa de machismo depende de informações que a gente levanta. A família dá um relato mais verdadeiro sobre a vida da vítima. Então dá para saber a partir disso. Sobre tudo quando a gente não escuta só pai. (ALMEIDA, P., 2017)

Com relação à construção das reportagens, Giovana Rossini (2017) afirma que devem ser sempre contextualizadas, em vez de noticiar apenas um caso isolado:

Se é pra fazer, vamos fazer bem feito, contextualizando. Hoje, eu tinha uma mulher assassinada ontem e tinha uma mulher encontrada morta hoje, sem identificação. No caso de ontem, prenderam o ex-marido e o delegado contou como aconteceu. No de hoje, não tinha identificação. Eu quero saber quantas mulheres foram assassinadas. Tem que ter um significado pra dar. Então o significado é: olha, já são 32 assassinadas de janeiro até agora. E aí tem alguma coisa a se refletir, a se pensar. Nesse VT, ainda tinha que ter uma finalização, alguém ligado a movimento social, alguém de direitos humanos, para falar desse comportamento, que nem é novo, uma delega da mulher pra dizer que, ao mesmo tempo que está aumentando o número de casos, está aumentando o de denúncias. Se no ano passado foram investigados x casos. Mas a gente não

conseguiu uma delegada da mulher. Ainda assim, contextualizamos, demos os números. (ROSSINI, G., 2017)

Outro problema muito comum nas notícias de feminicídio é a ausência de serviços de proteção e ajuda às mulheres. Veicular ou não o contato desses atendimentos gratuitos, que são obrigação do Estado, e qual indicação precisamente fornecer, depende da natureza do fato. Em notícias de agressão sem morte, geralmente o repórter escuta uma delegada da mulher, que explica a importância de realizar denúncias e cita o serviço, reiterado pelo jornalista. No caso de feminicídios, no qual a situação já chegou ao extremo, o objetivo é incentivar que os telespectadores ajudem a polícia a encontrar o suspeito. Mas não é incomum oferecer serviço algum.

A gente põe o 197, telefone da polícia civil pra denúncia anônima, no meio da reportagem ou na nota pé. A punição do suspeito sempre é o objetivo da reportagem sobre feminicídio, para que esse tipo de crime não aconteça mais ou ocorra menos ou aumente o número das denúncias. No caso de agressão, pra evitar o assassinato. As nossas reportagens são mais sintéticas, vão direto ao que importa. E fazemos esse tipo de cobrança. Alguns casos são bem emblemáticos. Daí a gente acompanha toda atualização. Casos como Rebeca, Ariane Tais, professora Brígida. Se tem um julgamento, fato novo, mesmo se tiver passado anos, a gente vai lá e cobre. Muitas vezes somos a única TV que vai até o fim. (ALMEIDA, P., 2017)

A chefe de redação Giulliana Costa (2017) trata homicídio e feminicídio da mesma maneira. No ponto de vista dela, o telejornal tem errado nos dois casos:

O ideal é que sejam dados o crime e o serviço. Se não estava assim, demos errado. Mas assim, quando é com um homem, a gente não dá serviço. Digamos que a gente está errando nos dois casos. Preciso tratar as pessoas enquanto seres humanos. É verdade que essa quantidade de mulheres violentadas chama atenção. Se a gente não dá o serviço, a gente erra. Mas a gente também erra quando não dá serviço pros casos de violência contra homens. Então a gente erra dos dois lados. (COSTA, G., 2017)

Fazer a cobertura de notícias de crimes como o feminicídio deveriam afetar, de alguma maneira, um jornalista. Contudo, na rotina profissional, o repórter acaba criando certo tipo de defesa para não ser atingido por histórias de ódio. Ao apurar uma notícia na rua, a relação com os familiares das vítimas também é variada:

Certa vez, conversando com um psicólogo, narrava sobre possibilidade de ter desenvolvido uma frieza diante de fatos de violência. Ele afirmou que com certeza era um recurso de proteção do cérebro. Ocorre o mesmo com médicos, policiais, socorristas. Nessas situações, se você assimilar a gravidade de tudo aquilo que vê e escuta, não aguenta trabalhar. Estava no início da carreira. Hoje, não afeta tanto no plano pessoal. Então ele me disse: “no dia que acontecer com alguém próximo de você, sua reação será completamente diferente”. A gente lamenta, comenta, se afeta, imagina se fosse com uma irmã da gente. Tem parentes de vítimas que abraçam a gente. Outros são ríspidos porque não querem a nossa presença. A gente sente o peso daquele momento pelo qual a família está passando. Mas, rapidamente, pela velocidade da notícia, esfria, porque daqui a pouco eu tô em outra pauta, amanhã o em outra situação e assim sucessivamente. (ALMEIDA, P., 2017)

Crimes pressupõem infração da lei. Um repórter que, comumente, realiza cobertura de fatos violentos se sentem na obrigação de dar o exemplo e se policiam quando não estão em plena atividade de seu ofício.

Acabo sendo muito observado. Tem sempre alguém olhando, cochichando. Na TV, trazemos muitos temas ligados à lei, moralidade, civilidade. Somos porta-vozes disso. Se fora da TV você se comporta diferente, passa uma ideia de hipocrisia. Se faço matéria bacana sobre lixo jogado na rua ou estacionamento na vaga exclusiva de idoso, seria contraditória fazer no meu cotidiano. Então precisa de autopolicimento. Ou seja, é uma preocupação com a minha imagem; não é uma prioridade, mas me preocupa. (ALMEIDA, P., 2017)

6.3 Edição de imagens

A edição de imagens de notícias de feminicídio produzidas para o telejornal JPB 1º Edição obedece a, basicamente, duas diretrizes: o direito à imagem, previsto em alguns dispositivos legais brasileiros e o respeito à dignidade humana, um dos fundamentos da Constituição Federal de 1988, conforme o entendimento da editora geral Tatiana Ramos. A supervisão desse trabalho é realizada por Gilson Marques, que também atua como editor de imagens. Ao monitorar os outros quatro editores de imagem do telejornal, sua principal função, antes de qualquer coisa, é verificar, enquanto as reportagens são editadas pelos editores de texto e editores de imagem do telejornal, se têm alguma falha. Por exemplo, se faltou cobrir uma transição entre imagens (fade), se há imagens tremidas ou distorção de voz, enfim, se estão no padrão técnico que ele avalia correto. Por fazerem parte do Grupo Globo, não mostram, nas notícias de feminicídio e de outros tipos de crimes, imagens que contenham sangue e pessoas mortas.

Às vezes, o editor foi contratado recentemente, vem de outra emissora ou é prestador de serviço e não sabe das regras. Então tento filtrar ao máximo. Não queremos dar a notícia com exageros, a violência pela violência. Já vivemos em um mundo tão louco e violento. Explorar sangue e violência seria um massacre, deixaria as pessoas mais tristes e pessimistas. Não é que o mundo é um jardim de flores. Mas a gente dá a notícia como deve ser dada, de modo bem objetivo. (MARQUES, G., 2017)

Detalhar ou não o estado do corpo da vítima é sempre uma dúvida na redação do telejornal, porque a concorrência tem tido mais audiência, na visão da chefe de redação Giulliana Costa (2017), por transmitir esse tipo de imagem. Esse impasse pode influenciar na própria seleção das notícias, pois, para diluir notícias policiais ao longo do programa, uma ou outra pode deixar de ser veiculada:

Ontem, você presenciou Edilane Araújo, apresentadora do segunda edição, reclamando que a gente havia dado duas

notícias de homicídio nas quais detalhávamos a situação na qual foi encontrada os cidadãos. A gente acha que não deve detalhar, que não soma, que não contribuiu. Quando a gente não diz, as pessoas trocam de canal. Escuto de várias pessoas próximas, inclusive da minha família: “você dão a notícia, mas quando a gente quer saber mais, a gente vê nos outros.” Não quero que veja nos outros, mas também não desejo banalizar, ao relatar com olho a menos, com língua a menos, com chave de fenda enfiada na cabeça. Se tivesse sido só um, tinha diluído, mas foram dois. Então talvez a gente tenha errado ontem. Eu gostaria muito de fazer um jornal mais humanizado. Às vezes a gente consegue fazer e às vezes não consegue. (COSTA, G., 2017)

Figura 2 – Cenário dos crimes são apresentados sem sensacionalismo



Fonte: *Homepage* do JPB 1ª Edição (PB)

:

Ao todo, cinco editores de imagens auxiliam na construção das notícias do telejornal, distribuídos em cinco ilhas de edição. O trabalho de um editor de imagens é pegar a matéria que chega da rua e montá-la de acordo com o texto do repórter, a

fim de exibir as imagens descritas e de colar as sonoras nos momentos em que o repórter dá a deixa, assim bem como as passagens e os caracteres básicos. Ou seja, receber o material bruto e juntá-lo com a locução do repórter. Usa, para isso, placa de vídeo potente e softwares de edição e de tratamento de imagens como Adobe Premiere, After Effects e Photoshop. Se as imagens não são suficientes, o off é editado ou então recorre ao arquivo de imagens. Geralmente, o repórter entrega um roteiro pré-estabelecido, mas que pode ser alterado porque as imagens comunicam por si sós. Mas, na maioria das vezes, descrever a cena de um crime, por mais que contrarie os manuais de telejornalismo, é uma tarefa obrigatória. Gilson Marques (2017) justifica que “no jornalismo policial, essa repetição se faz obrigatória para o entendimento do leigo e por que os telespectadores não têm a possibilidade de assistir de novo.”

Baseada na legislação em vigor, a chefe de Redação Giulliana Costa (2017) entende que pode identificar as vítimas de feminicídio. Mas se, depois de sofrer algum outro tipo de violência, ainda tiver vida e o agressor estiver solto, tem receio de identificá-la e acabar sobrando para alguém da família. Se uma fonte testemunhou um crime de feminicídio ou conhecia a vítima, seja por vínculo de parentesco ou de amizade, e aceita conceder entrevista e não deseja ser identificada, sua imagem é borrada e a sua voz distorcida.

Se uma mulher é estuprada em determinada casa e foi encontrada amarrada, a gente se preocupa em não mostrar a rua e fazer imagens fechadas do interior do local. Quando você identifica a casa, identifica também quem morava ali. Às vezes, há crianças. Querendo ou não, você identifica as pessoas. Quando alguém quer contar a agressão, a gente desfoca a imagem. Não é incomum quererem aparecer porque dizem que não têm nada a temer. Por mais que deseje, muitas vezes não está em estado emocional de tomar esse tipo de decisão. De preferência, a gente não mostra e distorce a voz. Com relação a menores de idade, não podemos mostrar o rosto. Já aconteceu de a polícia apresentar, em um bolo de pessoas de uma quadrilha presa, um bendito menor e a gente só fica sabendo depois. Já falamos para as polícias civil e militar apresentá-los de costas. Não dá para ficar perguntando se um ou outro é de menor. Deveríamos perguntar porque temos essa responsabilidade. Mas no dia a dia a gente não faz. (COSTA, G., 2017)

Figura 3 – Fonte secundária com imagem borrada e voz distorcida



Fonte: Homepage do JPB 1ª Edição (PB)

Figura 4 – Identificação de vítima e de suspeito



Fonte: Homepage do JPB 1ª Edição (PB)

O principal critério para mostrar identificar ou não um suspeito é se o mesmo foi pego em flagrante. Para crimes de feminicídio, esse entendimento muda porque, para Gilson, o

inquérito policial geralmente já apresenta provas suficientes para condenação. Ou seja, o telejornal antecipa-se ao julgamento.

Recebemos treinamento do setor jurídico da emissora e tem a questão de respeito. A lei diz que, até ser julgado e condenado, você é apenas suspeito, exceto flagrante delito. Se eu sou pego na rua tentando matar uma mulher e se não for preso em flagrante, diz o Direito que minha imagem não pode ser exposta. Tanto é que algumas emissoras da Paraíba sofrem muitos processos e já houve pagamento de indenização altíssima. Seguimos o padrão da Rede Globo e só mostramos o rosto de um suspeito se tivermos certeza de que foi pego em flagrante ou condenado. Se não foi, o exibimos apenas de costas, o ombro, as algemas. Se for acusado de estupro, aí é que a gente não mostra mesmo. Porque senão ele vai para a carceragem, depois para o presídio, e, ao chegar lá, matam o cara, antes mesmo de ser julgado e condenado. Se a denúncia era falsa, a gente teria parcela de culpa por contribuir para a morte de um inocente. Na cadeia, é código de conduta matar estuprador. Eles não admitem. (MARQUES, G., 2017)

Talvez por isso, as matérias são editadas de tal modo que os telespectadores compreendam que a justiça será feita, ou seja, que os acusados ou suspeitos serão encontrados e paguem pelo crime que cometeu. É, portanto, de praxe a identificação de suspeitos de crimes de feminicídio:

Desejamos causar um efeito de positividade. O feminicídio aconteceu, é verdade. Mas a polícia está em busca. O suspeito já foi preso. A gente tenta mostrar isso na matéria, do começo ao fim, para que o telespectador sinta que há ônus para quem comete crimes. Portanto, o objetivo sempre é encontrar e prender o suspeito. (MARQUES, G., 2017)

6.4 Produto final

Todas as sete notícias de feminicídio produzidas pelo telejornal JPB 1ª Edição, de 26/04 a 20/06 de 2017, têm, de modo abrangente, o mesmo expediente. Orientadas pela editora geral Tatiana Ramos, a equipe responsável pela produção depende do local no qual ocorreu o fato. Se na Grande João Pessoa ou nos Litorais Sul ou Norte do Estado da Paraíba, é produzida por uma equipe do próprio telejornal, que tem sua redação na TV Cabo Branco. Se no Agreste ou Sertão, equipe da TV Paraíba é encarregada de elaborar a matéria. Independente do grupo de trabalho, composto por chefe de redação, editor chefe, editor de texto, repórter, cinegrafistas e editor de imagem, não há diferenças substanciais entre as notícias veiculadas pelas duas TVs, inclusive se cada função é predominantemente ocupada por homem ou mulher, considerando a ideia de que mulheres poderiam ter uma pré-disposição de estar mais atenta às pautas dos movimentos feministas e, por isso, dedicar mais atenção a temáticas como os crimes de feminicídio. Exceto as funções de editor geral, chefe de redação e editor chefe, cujo responsável só muda no caso de férias e de licença médica, por exemplo, todas as outras são desempenhadas pelo profissional disponível no momento da produção da notícia, a depender da organização da redação para determinado expediente. Enquanto os editores de texto quase nunca são informados nos produtos noticiosos que vão ao ar, repórter e cinegrafistas são, exceto quando a notícia é transmitida ao vivo; nesse caso, os cinegrafistas responsáveis não são identificados. Dos repórteres do JPB 1ª Edição, Plínio Almeida e Danilo Alves são os mais acionados para realizar a cobertura de crimes de feminicídio, por conta do horário em que trabalham, logo no início das manhãs.

Quadro 2: Expediente das notícias de crimes de feminicídio produzidas para o telejornal JPB 1ª Edição no período de 24/04 a 20/06 de 2017

Função	Notícia 1	Notícia 2	Notícia 3	Notícia 4	Notícia 5	Notícia 6	Notícia 7
Editor geral	Tatiana Ramos	Tatiana Ramos	Tatiana Ramos	Tatiana Ramos	Tatiana Ramos	Tatiana Ramos	Tatiana Ramos
Chefe de redação	Carlos Siqueira	Giulliana Costa	Giulliana Costa	Carlos Siqueira	Giulliana Costa	Giulliana Costa	Giulliana Costa

Editor chefe	Carlos Siqueira	Maria Cristina Dias	Maria Cristina Dias	Carlos Siqueira	Giovana Rossini	Giovana Rossini	Giovana Rossini
Editor de texto	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Repórter	Rafaela Gomes (TV Paraíba)	Plínio Almeida	Plínio Almeida	Waléria Assunção (TV Paraíba)	Danilo Alves	Danilo Alves	Não informado
Cinegrafista	Hércules Barbosa (TV Paraíba)	Edvaldo Júnior, Moacir Aragão e Thiago Ferreira	Walter Paparazzo e Thiago Ferreira	Jackson Rondineli (TV Paraíba)	Não informado (link vivo)	Não informado (link vivo)	Não informado
Editor de imagem	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado

Fonte: Paz, 2018.

Os crimes de feminicídios selecionados pelo JPB 1º Edição apresentam as principais características apontadas pelo Mapa da Violência 2015 – Homicídios de Mulheres no Brasil. No período pesquisado, houve casos da Grande João Pessoa ao Sertão do Estado da Paraíba. Por questões de logística, há prevalência de fatos ocorridos na Região Metropolitana. O local no qual aconteceram os assassinatos quase sempre foi no domicílio da vítima ou de proprietário não informado ou em via pública, em localidade erma. O perfil das vítimas não muda muito: mulheres adolescentes ou adultas com recortes de classe e de raça ou cor não identificados, embora muitas estatísticas confirmem o maior número de mulheres pobres e ou negras vítimas de feminicídio. Elas são mortas, quase sempre, pelo companheiro ou ex-companheiro, quando identificados durante a apuração jornalística, o que comprova esse crime ser de proximidade. Os instrumentos utilizados e imprescindíveis para a seleção das notícias são exatamente os mesmos assinalados pelo Mapa: asfixia, estrangulamento, faca, arma de fogo e objeto contundente.

Quadro 3: Características dos crimes de feminicídio selecionados para o telejornal JPB 1º Edição no período de 24/04 a 20/06 de 2017

Aspecto	Notícia 1	Notícia 2	Notícia 3	Notícia 4	Notícia 5	Notícia 6	Notícia 7
Região do Estado	Sertão	Grande João Pessoa	Grande João Pessoa	Agreste	Grande João Pessoa	Grande João Pessoa	Litoral Sul
Local da ocorrência	Domicílio da vítima	Domicílio da vítima	Domicílio de proprietário não informado	Domicílio de proprietário não informado	Via pública	Dois casos em via pública e um em domicílio	Via pública
Perfil da vítima	Mulher de 24 anos sem classe e raça /cor identificadas	Mulher de 46 anos sem classe e raça /cor identificadas	Jovem de 20 anos sem classe e raça /cor identificadas	Adolescente de 14 anos sem classe e raça /cor identificadas	Mulher sem idade, classe e raça /cor identificadas	Mulher sem idade, classe e raça /cor identificadas (caso 1 e 2); Mulher de 55 anos sem classe e raça /cor identificadas (caso 3)	Garota de 15 anos sem classe e raça /cor identificadas
Parentesco do suspeito	Companheiro	Ex-companheiro	Não informado	Companheiro	Não informado	Ex-companheiro (caso 1), não informado (casos 2 e 3)	Padrasto
Instrumento utilizado	Asfixia e faca	Estrangulamento	Estrangulamento	Arma de fogo	Objeto contundente	Objeto contundente (caso 1), arma de fogo (caso 2) e não informado (caso 3)	Arma de fogo

Fonte: Paz, 2018.

As reportagens são todas factuais, mudando apenas o modo de exibição (gravada ou ao vivo), com preponderância das gravadas. Duas suítes, que é quando é noticiado o desdobramento de um fato, foram identificadas. O tempo das notícias de feminicídio varia bastante, de 44 segundos a quase seis minutos, e é determinado pelo número de informações levantadas e de entrevistas e de imagens gravadas e da contextualização do acontecimento. Em apenas uma notícia o crime de feminicídio foi contextualizado, por meio da apresentação do número de casos em um intervalo de tempo, provavelmente devido à presença do pesquisador na redação. A abordagem das notícias é sempre policial, mas poderia ser pior, se policialesca, assim como em programas concorrentes, que exploram o sensacionalismo, através de narrativa e de imagens exageradas e emotivas, sem considerar a dignidade humana e outros preceitos éticos, na tentativa de causar impacto e alavancar a audiência.

O objetivo das notícias de feminicídios produzidas para o telejornal é, além de informar sobre a morte, ajudar a polícia a encontrar e prender o suspeito ou autor do crime, ou apresentar o julgamento do suspeito. As manchetes privilegiam destacar o local onde ocorreu o crime e o instrumento utilizado para o assassinato. Se a vítima é jovem, a faixa etária geralmente é salientada também. As fontes usadas para a construção das notícias quase sempre é representante de polícia não especializada, da equipe da perícia ou do poder judiciário, além de familiares, vizinhos e conhecidos da vítima. Se a fonte não deseja se identificar ou se a equipe de reportagem julga que não deve aparecer, imagem e áudio da gravação são distorcidos, com apresentação da declaração através de legenda. Em nenhuma das notícias foi identificado o uso do termo “feminicídio”. Quando definido o crime, comumente é caracterizado como “brutal”, “passional” ou “homicídio”. A fim de tentar explicar a motivação do crime, a reportagem reproduz as ideias de que foi por “ciúmes” ou tenta associá-lo a práticas criminosas como tráfico ou moralmente rechaçadas, a exemplo do uso de drogas. Apenas uma das notícias foi contextualizada, provavelmente devido à presença do pesquisador na redação. O jornalismo, forma social de conhecimento centrada no singular, segundo Genro Filho (1988); uma espécie de recorte no fluxo contínuo da realidade, dificilmente trata das

Objetivo	Encontrar e prender o suspeito	Encontrar e prender o suspeito	Encontrar e prender o autor do crime	Apresentar julgamento do suspeito	Encontrar e prender o suspeito	Informar sobre a prisão do acusado (caso 1); Encontrar e prender o autor do crime (caso 2); Informar a morte (caso 3)	Apresentar julgamento do suspeito
Manchete	Homem mata mulher a facadas na cidade de Ouro Velho	Polícia procura marido suspeito de matar a mulher no Ernani Sátiro	Corpo de jovem é encontrado em Santa Rita, na Paraíba	Justiça julga homem acusado de assassinar adolescente de 14 anos em Esperança	Mulher é encontrada morta em Santa Rita, na Paraíba	Secretaria de Segurança registra 32 mulheres mortas na Paraíba desde janeiro	Caso Rebeca : acusado vai a júri popular
Fontes	Polícia não especializada e pessoas próximas do casal	Polícia não especializada, perícia, vizinhos e fonte sigilosa (imagem borrada e áudio distorcido)	Polícia não especializada, perícia, vizinhos e fonte sigilosa	Polícia não especializada e familiares	Polícia não especializada, perícia e familiares	Polícia não especializada, perícia e familiares (caso 1); Polícia não especializada (caso 2); Polícia não especializada, perícia e familiares (caso 3)	Poder Judiciário
Uso do termo feminicídio	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

Definição do crime	Brutal (repórter)	Passional (delegado)	Não informada	homicídio qualificado por motivo fútil (promotor)	Homicídio (delegado)	Não informada (caso 1, 2 e 3)	Não informada
Motivação do crime	Não informada	Ciúmes (segundo a polícia)	Uso de drogas e más companhias (segundo os familiares)	Ciúmes (segundo o acusado)	Não informada	Não informada (caso 1, 2 e 3)	Não informada
Contextualização	Não informada	Não informada	Não informada	Não informada	Não informada	Informada	Não informada
Imagens	Da vítima e do suspeito (fotografias sem créditos) e do local do crime	Da vítima e do suspeito (fotografias sem créditos) e do local do crime	Da vítima (fotografias sem crédito), do local do crime e de fonte sigilosa (imagem borrada e áudio distorcido)	Da vítima (fotografia sem crédito), do acusado e do local do crime (arquivo)	Da vítima (fotografia sem crédito)	Fotografia da vítima sem crédito (caso 1); Do local do crime (caso 2 e 3)	Do acusado e do local do crime (arquivo)
Descrição do corpo	Informada	Informada	Informada	Informada	Informada	Informada (caso 1 e 2); Não informada (caso 3)	Informada
Serviço	Não informado	Disque-denúncia da Polícia Civil	Não informado	Não informado	Não informado	Disque-denúncia da Polícia Civil (caso 2)	Não informado

Fonte: Paz, 2018.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira dificuldade para a realização desta etnografia, via observação participante, foi conseguir se inserir em uma redação de afiliada da TV Globo. Em um contexto histórico de tensionamento político, culminado, entre outros fatores, em represálias a jornalistas da emissora devido a supostas manipulações de notícias em prol do impedimento da então presidenta Dilma Rousseff, revelar o cotidiano de produção dessas e de outras notícias não parecia uma ação vantajosa. Os impasses que envolvem o meio acadêmico e profissional também foi um obstáculo inicial. Para os jornalistas, a academia científica os critica sem conhecer o trabalho que desenvolvem e baseados em uma imagem da televisão retrógrada, assim bem como os revés que enfrentam na rotina produtiva. Vencidos esses contratempos, acompanhar o cotidiano dos jornalistas, inicialmente, foi um exercício constante de enfrentamento com o próprio objeto de pesquisa. No começo, o pesquisador mais parece um intruso que tem o objetivo exclusivo de observar apenas os erros no trabalho que empreendem. Para profissionais de um jornalismo de referência como o do JPB 1º Edição, estarem expostos e terem sua reputação em xeque é uma situação bastante incômoda. Nesta experiência, ficou comprovado por que o trabalho etnográfico é pouco desenvolvido nas pesquisas em jornalismo, sobretudo quando o pesquisador não faz parte do objeto em exame. Esta metodologia implica desconfortável e continuo embate com o objeto pesquisado.

Depois de passar dois meses na redação do JPB 1º Edição e de analisar as notícias de prováveis feminicídios que produziram, uma espécie de gueto do espelho do telejornal por se tratar de violência, assunto rejeitado por um jornalismo de referência, ficou comprovado o desconhecimento dos jornalistas sobre a temática e a despolitização deles acerca de pautas feministas e de movimentos sociais como um todo. A fim de justificar a passividade que apresentam, assumem a função de mediadores de informação e recusam o protagonismo de atuarem de modo pedagógico sobre temas emergentes da atualidade. Devido à precarização do trabalho, são pouco informados e não têm tempo para se dedicarem a uma pós-graduação ou formação continuada. O trabalho industrial os induz a uma alienação sobre a realidade e o próprio fazer jornalístico. Os treinamentos oferecidos pela emissora são apenas técnicos e não aprofundam questões centrais da sociedade

brasileira. Para mudar esse cenário, a intersecção de gênero e jornalismo precisa cada vez mais ser abordada nas escolas de jornalismo. Os jornalistas também necessitam atuar mais em grupo, ao se aproximarem do sindicato da cidade, para reivindicar, entre outras coisas, maior remuneração e, assim, terem mais tempo para investir na própria formação.

Bem informados, esses jornalistas poderão aplicar seus conhecimentos para, então, contribuir para o conhecimento social da realidade. Ao entrevistar um delegado, é preciso cogitar a possibilidade de determinado crime ser um feminicídio. Assim, obrigaria o representante da segurança pública, ao menos, pensar no assunto e se sentir obrigado a dar uma resposta minimamente convincente. Do mesmo modo, é preciso acompanhar os números dos casos, a fim de contextualizá-los, e oferecer serviços gratuitos de proteção às mulheres, por mais que o fator tempo, em televisão, seja escasso. Além de veicularem notícias de feminicídio e de utilizarem esse termo político nas manchetes e texto dos repórteres, também é fundamental, de vez em quando, dar visibilidade a ações e iniciativas de combate a esse tipo de violência.

Nesse sentido, concluo esta redação com as seguintes propostas: mais interação entre os meios acadêmico e profissional; criação de políticas públicas que viabilizem o aprofundamento da formação acadêmica dos jornalistas; investimento da Rede Globo na formação continuada sobre temáticas político-sociais; aumento da inserção dos estudos de gênero e jornalismo nas escolas de jornalismo; incentivo ao senso de coletividade da categoria, via sindicato, para combater a precarização do trabalho e aumento das remunerações, impedindo, assim, jornadas de trabalho demasiadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Gabriela Cavalcanti Carneiro de. **A mulher na pesquisa em jornalismo: teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em jornalismo e comunicação do Brasil (1972-2015)**. Ponta Grossa, 2018.

ANANÍAS E VERGARA. **Tratamiento informativo del feminicidio en los medios de comunicación digitales chilenos en marzo de 2016: Una aproximación al horizonte actual desde la perspectiva de género**. Comunicación y Medios N°34 /2016/ www.comunicacionymedios.uchile.cl.

ANGÉLICO, DIKENSEIN, FISCHBERG E MAFFEO. **El feminicidio y la violencia de género en la prensa argentina: un análisis de voces, relatos y actores**. Universitas Humanística 78, julio-diciembre de 2014 pp: 281-303. Bogotá - Colombia issn 0120-4807.

BARBOSA, Gustavo Guimarães; RABAÇA, Carlos Alberto. **Dicionário de Comunicação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004

BOURDIEU, Pierre. 1930 – 2002. **A dominação masculina**; tradução Maria Helena Kuhmer. – 2 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. 1930. **Sobre a televisão**. Tradução: Maria Lucia Machado – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1977.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2016 : hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. – Brasília : Secom, 2016.

CAMA, Mariana Pimenta. **O crime espetáculo na tela: entre a realidade e a ficção.** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) – SP. São Paulo, 2009.

CAMPELLO, Alexandre de Assis. **Novo olhar sobre os telejornais policiais: interação pelo formato.** Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, 2008.

Comunicação e sociedade: **discussões sobre práticas e impactos da comunicação e do cotidiano** [recurso eletrônico] / Gilson Pôrto Jr.; Darlene Teixeira Castro; Gabriela Pereira Melo; Alessandra Bacelar (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação** / Jorge Duarte, Antonio Barros – organizadores. - 2. ed. - 6. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2012.

FREGOSO, Rosa-Linda; BEJARANO, Cynthia (Eds.). **Feminicidio en América Latina. Mexico**, DF: Centro de Investigaciones de Ciencias Sociales y Humanidades; Universidad Nacional Autónoma de México, 2011-b.

FERNÁNDEZ Galarza; BEDÍA Cobo, M, CERDÁ Esquembre (2016): **“Medios y violencia simbólica contra las mujeres”**. Revista Latina de Comunicación Social, 71, pp. 818 a 832.

GARCÍA OROSA, Berta y GALLUR SANTORUM, Santiago (2012): **La conformación de valores noticia en un contexto de conflicto. Análisis pragmático de su funcionamiento en la información sobre el narcotráfico en México y el feminicidio de Ciudad Juárez.** Estudios sobre el mensaje periodístico, vol. 18, núm. 2 (julio-diciembre), págs.: 491-511. Madrid, Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo.** Porto Alegre: Tchê!, 1987.

JENKINS, Henry; GREEN, Joshua; FORD, Sam. **Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável**. São Paulo: Editora ALEPH, 2014).

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LANA, Lígia Campos de Cerqueira. **Telejornalismo dramático e vida cotidiana: estudo de caso do programa Brasil Urgente**. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, 2007.

LEAL, B. S. (2016). **Crimes de Proximidade e modos de aproximação: fronteiras narrativas** In M. L. Martins; M. L. Correia; P. B. F. Vaz & E. Antunes (Org.), *Figurações da morte nos média e na cultura: entre o estranho e o familiar*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Fernández, Bedía e Cerdá.

LIMA, Fernanda Ribeiro de. **Apanhando duas vezes: aspectos relacionados à cidadania das mulheres vítimas de violência nos telejornais locais**. Goiana-GO, FIC/UFG, 2014.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O que todo cidadão precisa saber sobre ideologia**. São Paulo: Global Editora: 1985.

MARTÍN-BARBERO, Jesús; REY, Germán. **Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva**. São Paulo: SENAC, 2001.

MARTINEZ, M.; Lago, C.; LAGO, M. **Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil**. Porto Alegre, v. 23, n. 2, maio, junho, julho e agosto de 2016.

MENEGHEL, Stela Nazareth and PORTELLA, Ana Paula. **Feminicídios: conceitos, tipos e cenários**. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2017, vol.22, n.9, pp.3077-3086.

MOTA, M. D. B. ; MADEIRA, Zelma . **Feminino e Femicídio. Estudos sobre relações de gênero, violência, feminilidade e cultura**. 1. ed. Fortaleza: Expressão gráfica, 2010. v. 1. 145p.

MUNÉVAR M., Dora Inés. **Delito de femicidio. Muerte violenta de mujeres por razones de género**. Estud. Socio-Juríd, Jun 2012, vol.14, no.1, p.135-175. ISSN 0124-0579

OLIVEIRA, Dannilo Duarte Oliveira. **Jornalismo policial na televisão: gênero e modo de endereçamento dos programas *Cidade Alerta, Brasil Urgente e Linha Direta***. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

PASINATO, Wânia. **“Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil**. Cadernos Pagu, n. 37, julho-dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332011000200008&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 jun. 2018.

PENA, Felipe. **Teorias do jornalismo**, Contexto, São Paulo, 2015.

PRADO e SANEMATSU. **Feminicídio: #invisibilidade mata**. Fundação Rosa Luxemburgo; São Paulo : Instituto Patrícia Galvão, 2017.

RIBEIRO E MAINIERI. **O telejornalismo como ferramenta para a comunicação pública: estudo sobre a abordagem de casos de violência contra a mulher no telejornal “bom dia goiás” da tv anhanguera**. Brazilian Journalism Research - volume 8 - número 2 – 2012.

RUSSEL AND CAPUTTI. **Femicide: The Politics of Women Killing**. New York, Twayne Publisher, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. e ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de Gênero: Poder e Impotência**. Rio de Janeiro, Livraria e Editora Revinter Ltda., 1995 .

Traquina, N. (Org). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Florianópolis: Editora Insular, 2016.

SEGATO, Rita Laura. **Femi-geno-cídio como crimen en el fuero internacional de los derechos humanos: el derecho a nombrar el sufrimiento en el derecho**. In:

_____. **La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de Segundo Estado**. México: Ediciones de la Universidad del Claustro de Sor Juana, 2006.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

VEGA MONTIEL, AIMÉE. **La responsabilidad de la televisión mexicana en la erradicación de la violencia de género contra las mujeres y las niñas: apuntes de una investigación diagnóstica**. Comunicación y Sociedad, núm. 13, enero-junio, 2010, pp. 43-68 Universidad de Guadalajara Zapopan, México.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015 homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília: OPAS/OMS, ONU Mulheres, SPM e Flacso, 2015 Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf> Acessado em: 17 ago 2018.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 7.ed. [Lisboa]: Presença, 2002. 271 p. (Coleção Textos de Apoio; 21). ISBN 9722314408 (broch.).

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Pergunta 1

Nome, sobrenome, idade, formação, estado civil, cargo e tempo de empresa?

Pergunta 2

Quais as responsabilidades da sua função no telejornal?

Pergunta 3

Como é realizada a seleção das notícias de feminicídio?

Pergunta 4

Como as pautas são organizadas logisticamente?

Pergunta 5

Qual a interferência, hoje, das redes sociais e de aplicativos como WhatsApp na produção das notícias?

Pergunta 6

Quais os critérios de noticiabilidade de notícias de feminicídio?

Pergunta 7

Como é a relação com fontes oficiais e não oficiais?

Pergunta 8

Por que, na sua visão, a polícia geralmente reconhece feminicídio como crime passional?

Pergunta 9

Como achas que deve ser a abordagem das notícias de feminicídio?

Pergunta 10

Por que, nas notícias, vocês não denominam assassinatos de mulheres de feminicídio?

Pergunta 11

Por que não são disponibilizados serviços de proteção e de ajuda a mulheres?

Pergunta 12

Quais os critérios para identificar ou não rosto as vítimas e os acusados?

Pergunta 13

Qual o perfil necessário para trabalhar em um telejornal como este?

Pergunta 14

Mulheres são maioria na redação. Por quê?

Pergunta 15

Como é a sua relação com os colegas de trabalho? Há algum tipo de abuso ou assédio?

Pergunta 16

Como você lida com a imagem negativa da TV Globo hoje, no que se refere à suposta manipulação dos fatos?

Pergunta 17

O trabalho prejudica sua vida de alguma maneira? Consegue se informar, estudar, cuidar da vida pessoal?